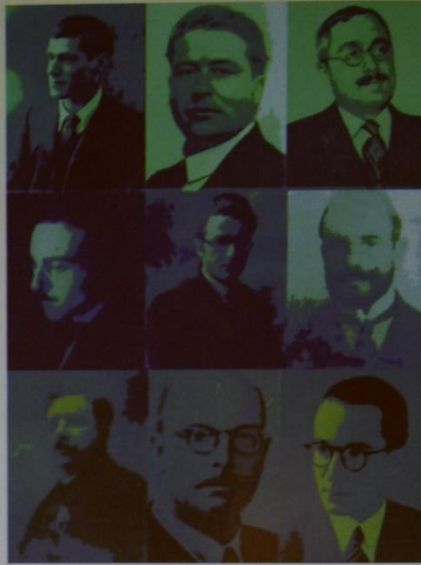


organização

Paulo Borges
Bruno Bêu de Carvalho



ACTA 23

A Renascença Portuguesa

Tensões e Divergências



CENTRO DE FILOSOFIA DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

FICHA TÉCNICA

TÍTULO: A RENASCENÇA PORTUGUESA. TENSÕES E DIVERGÊNCIAS

COORDENAÇÃO: Paulo Borges, Bruno Bêu de Carvalho

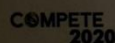
COLLECÇÃO: ACTA 23

EDITOR: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa – 2014

Este livro ou partes dele não poderão ser reproduzidos sob qualquer forma, mesmo electrónica, sem explícita autorização do Editor.

CAPA: Armaço gráfico de fotografias de Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, António Sérgio, Fernando Pessoa, José Marinho, Raul Leal, Raul Proença, Sant'Anna Dionísio e Delfim Santos.

APOIO:


FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Impressão e acabamento: Minigraf, Lda – Braga

Depósito Legal n.º 407910/16

ISBN: 978-989-8553-41-6

ÍNDICE

Paulo Borges e Bruno Bêu de Carvalho APRESENTAÇÃO	9
Paulo Borges A IDEIA DE RENASCENÇA NA “RENASCENÇA PORTUGUESA”. TEIXEIRA DE PASCOAES E FERNANDO PESSOA	11
António Braz Teixeira A “RENASCENÇA PORTUGUESA”, MOVIMENTO PLURAL	49
António Cândido Franco TEIXEIRA DE PASCOAES: RENASCENÇA PORTUGUESA E RENASCENÇA UNIVERSAL	61
Pinharanda Gomes A LEITURA DE “O CRIAÇIONISMO” POR QUATRO DISCÍPULOS DE LEONARDO COIMBRA	75
Romana Valente Pinho ANTÓNIO SÉRGIO E OS CONFLITOS CULTURAIS COM TEIXEIRA DE PASCOAES E ÁLVARO PINTO	107
João Príncipe SOBRE A UNIDADE DO PENSAMENTO SERGIANO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA	127

Saúl Dias A DIVERGÊNCIA ENTRE O PANTEÍSMO DA RAZÃO MÍTICA E O TÉSMO DA RAZÃO MISTÉRICA À LUZ DA METAFÍSICA CRIAÇIONISTA DE LEONARDO COIMBRA	165
Duarte Braga O «DISCURSO LITERÁRIO» DE 1912: TERMÓMETRO DAS TENSÕES NA RENASCENÇA PORTUGUESA	197
Daniel Duarte O PESSOA DE “A ÁGUIA”, O JOVEM NIETZSCHE E A VERDADE: DOIS OU TRÊS TIPOS DE VERDADES, DE LITERATURAS E DE PERÍODOS CIVILIZACIONAIS	207

APRESENTAÇÃO

O Grupo de Investigação de Pensamento Português do Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa participou nas comemorações do Centenário do movimento da *Renascença Portuguesa*, em 2012, com a realização do Colóquio Internacional *A “Renascença Portuguesa”: Tensões e Divergências*, que teve lugar em 9 e 10 de Janeiro de 2013 na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. No decurso desse evento alguns dos organizadores acalentaram a ideia de se publicar, não as actas do Colóquio, mas um volume de estudos sobre o tema, idealmente mais desenvolvidos do que as comunicações então apresentadas. Daí resultou o presente livro.

O objectivo geral é o mesmo do Colóquio: repensar o sentido do movimento sócio-cultural da “Renascença Portuguesa” à luz das tensões e divergências doutrinais que desde o início nele se manifestaram e que a nosso ver se revelaram como o seu aspecto mais fecundo e dinâmico. Com efeito, o confronto de visões distintas entre figuras como Teixeira de Pascoaes, Leonardo Coimbra, Fernando Pessoa, António Sérgio e Raul Proença – dentro e fora das páginas do órgão do movimento, a revista *A Águia*, e desde o plano estético-filosófico ao sócio-político – suscitou questões tão importantes como as que deram origem ao *Orpheu* e à *Seara Nova*, configurando uma controvérsia entre tradição e modernidade, cultura e política, nacionalismo e universalismo, bem como sobre o sentido de Portugal e da sua reforma, que perdura até aos nossos dias. Neste sentido, o movimento da “Renascença Portuguesa” é sem dúvida a matriz de algumas das principais tendências e correntes culturais e sócio-políticas desenvolvidas ao longo do século XX e que se prolongam no nosso século, com maior ou menor brilho e originalidade. Mais do que recair nos lugares-comuns da celebração unilateral do passado, importa assim perspectivar a “Renascença Portuguesa” à luz das suas tensões e polé-

SOBRE A UNIDADE DO PENSAMENTO SERGIANO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA

João Príncipe
UNIVERSIDADE DE ÉVORA – CEHFCI

0. Introdução

Neste estudo valorizaremos as conexões entre o ideário filosófico, ideológico e a historiografia de António Sérgio.¹ A Reforma económica e mental de Portugal foi o problema maior que o advento da República fez o jovem Sérgio, de início dirigido para a poesia e a filosofia, colocar-se. A sua acção cívica e cultural almejou à compreensão dos problemas nacionais, na dupla vertente sócio-económica e mental-pedagógica, propondo soluções concretas, para cuja realização tentou, junto com outros companheiros, na Renascença

¹ Abreviaturas e convenções: AS – António Sérgio; RP – Renascença Portuguesa; SN – Seara Nova; JD – John Dewey; E – *Ensaio* de AS. Para citar uso, quando existem, as edições modernas, editadas pela Livraria Sá da Costa Editora (Lisboa) nos anos de 1970, é o caso de: (1971-1974) *Ensaio* 8 tomos, (1972) *Breve interpretação da história de Portugal*, (1974) *Democracia* - outros textos, em dois volumes de edição INCM (Lisboa), colecção Pensamento Português; AS (2001) *Notas sobre Antero, Cartas de Problemática e outros textos filosóficos*, com prefácio de António Pedro Mesquita; AS (2006) *Ensaio sobre educação*, com prefácio de Manuel Ferreira Patrício. Recorde-se que os *Ensaio* Tomo I, são edição de Editores Annuário do Brasil – Rio de Janeiro, Renascença Portuguesa – Porto, p. 113-162 e que os tomos II, III, IV e V, são editados pela SN. Este texto beneficiou da leitura atenta e comentários de Hermínio Martins, a quem agradeço.

Portuguesa e depois na Seara Nova (para destacar os dois principais movimentos cívico-intelectuais que integrou), criar e mobilizar uma elite formadora de uma opinião pública esclarecida, dotada de espírito crítico e democrático, sensível aos valores de um humanismo científico, da autonomia da pessoa humana e de um socialismo libertário, capaz de ultrapassar o espectralismo secular e de abrir um horizonte onde a reforma das mentalidades nos devolve, no limite, a nossa condição de elevação ao puro Espírito, a um estado cuja limite é a beatitude espinosiana.²

O foco vai centrar-se na vertente pragmatista do seu ideário o que dá naturalidade à ligação com a parte 'aplicada' do seu pensamento, a sua historiografia sociológica (decerto o aspecto mais original do seu pensamento, até por trazer ligado o vasto feixe dos restantes aspectos), onde os condicionamentos geográfico e sócio-económicos, internos e externos (que inserem Portugal na História Universal) integram decisivamente com a mentalidade. Para AS foi a tendência dominante da nossa história pós-navegações (senão mesmo pós Primeira Dinastia) – a do parasitismo associado ao exclusivo domínio da Política de Transporte, acompanhada, com a Contra-Reforma, de uma tendência isolacionista e desprezadora do humanismo científico de feição cosmopolita – que conduziu à decadência nacional; AS colocou-se do lado dos defensores de uma concomitante Política de Fixação, advogando o cosmopolitismo e estrangeiramento das elites. Os seus ensaios são marcados por uma concisão extrema, nos antipodas do expansionismo romântico; esse dogma metodológico, que se auto-impôs, foi servido por uma prosa de estilo impar que, ao vincar teses maiores, esconde uma criatividade ancorada em leituras e análises profundas e detalhadas de autores portugueses e estrangeiros, pretéritos e seus contemporâneos, cuja investigação permite a inserção numa constelação cosmopolita de nomes maiores, entre os quais será lícito ver o seu figurar.

² Ver (1916) "Espectros", *Atitude* – Mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil, Directores: João do Rio e João de Barros, N.º 11, p. 1052-1067; in E. I, p. 169-187.

1. Filosofia

1.1 Iniciação filosófica

O ponto de partida é, à uma, científico e literário – meditação do significado da geometria analítica e interesse pela vida e obra de Antero, tema da sua primeira obra filosófica. AS, recordando a juventude, afirmou em 1915: "Eu gostava muito da matemática, considerava muito belos os encadeamentos dos teoremas e sonhava com uma matemática universal. Divertia-me dar forma de encadeamento geométrico a tudo o que conhecia, e mais tarde (18 anos) fiquei deslumbrado ao folhear pela primeira vez a *Ética* de Spinoza". Após um ano de estudos preparatórios na Escola Politécnica faz o curso da Escola Naval (entre os 19 e 21 anos) – "ao gosto pela matemática sucedeu o da filosofia, da literatura e da arte...entre os 19 e os 26 eu li sem método Descartes, Pascal, Leibniz, Berkeley, Kant, Schopenhauer, Comte, Taine, Stuart Mill, Spencer, Guyau, Fouillée"³.

Em 1908 e 1909 vê publicados os seus primeiros textos, um volume de *Rimas* e um ensaio sobre o nosso grande poeta filósofo Antero de Quental, *Notas sobre os sonetos e as tendências gerais da philosophia de Antero de Quental*; AS analisa as angústias filosóficas de Antero, demarcando-se do naturalismo cientista, positivista, do médico Sousa Martins que na sua *Nosografia* vê Antero como um degenerado hereditário e superior, na tradição de Lombroso, o autor de *Genio e degenerazione*.⁴ Aí AS faz uma digressão pela história da filosofia

³ AS (1990) *Autobiografia* de A. S. escrita em 1915, compilada e anotada por Daniel Hameline e António Nóvoa, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 29, Fevereiro de 1990, p. 141-174. Ver PRÍNCIPE, JOÃO (2004) *Razão e Ciência em António Sérgio*, Lisboa: Colecção Temas Portugueses, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, § 0.

⁴ As críticas dos racionalistas franceses do fim do século XIX, ao evolucionismo e ao positivismo inspiraram AS: "Quer para o positivismo, quer para o evolucionismo, o pensamento humano está de algum modo ligado às formas sociais, sendo o seu reflexo... Renouvier, opôs à ordem de continuidade e de variação estrita, postuladas pelo evolucionismo, a possibilidade de começos absolutos. Lachelier submeteu a uma crítica profunda os processos lógicos nos quais se baseiam as generalizações de Comte e de Spencer. Fouillée, que apelidaram de 'positivista platónico', elaborou uma teoria das 'idéias-forças', que realça a função do indivíduo na história e estima que este sendo capaz, em certas circunstâncias favoráveis, de modificar o meio social e mesmo de criar um meio novo, a consequência é que não

que, como notará em *Logic: The theory of enquiry* (1938), implica uma constante reconstrução da história a partir da própria variação da cultura com as gerações sucessivas. Para JD o análogo do uso técnico da ciência, a engenharia, será para a história uma engenharia social como método de aperfeiçoamento social, processo de eminente experimentalismo.⁴⁵

3. Epílogo

O interesse de AS pela história da cultura e das mentalidades, o relevo por ele dado ao papel das elites, através nomeadamente da leitura das obras de Gabriel Tarde, fazia acreditar que as práticas culturais, usando o anacronismo terminológico, eram dependentes de ideias, ou seja de teorias intelectuais, daí, por exemplo, a sua sistemática censura a Aristóteles e à escolástica, no que aí via de predominio de um sensualismo, do espírito de autoridade, contrário ao Humanismo científico que emerge com o Renascimento, as Navegações e cujo corolário, europeu e não-português, é a Revolução científica do século XVII. Em 1925, AS afirma que esta revolução é, ao ampliar as conquistas do Renascimento, "o passo mais decisivo de toda a história do pensar humano"; enquanto que em Portugal, depois deste ter estado na vanguarda do espírito europeu no séc. XVI, se assiste a "um espectáculo de estolamento da mentalidade".⁴⁶ Como nota o sociólogo norte-americano Reinhard Bendix essa revolução é obra de uma elite: "The effects of science have been more sweeping than the effects

⁴⁵ Ver GARNEIRO (2002) p. 143, 146, WILKINS (1959) p. 886-887, BLAU (1960) p. 93-99, sobre "engenharia social" ver CORK (1949) p. 445-6; em carta de JD a Gork lê-se: "If I were permitted to define 'socialism' and 'socialist' I would so classify myself today... [my] probably my experimentalism goes deeper than any other sort"; CORK (1949) p. 450-1. A proximidade de JD com o socialismo democrático animada por GORK é mais uma convergência entre JD e AS, e bem feliz, o socialismo de JD seria certamente um socialismo democrático ou uma democracia socialista, não-estatal, sem ser fanaticamente anti-estatista, favorecendo especialmente as associações voluntárias, como as cooperativas.

⁴⁶ E. II p. 27. O experimentalismo e a crítica (política) à lógica aristotélica encontram-se em JD (1920) *Reconstruction in philosophy*, New York: Henry Holt, capítulo VIII "Reconstruction as affecting social philosophy"; ver KOOPMAN (2010) p. 700.

of Christianity... But the spread of the scientific movement... has been the work of a elite. Science cannot become a mass movement."⁴⁷

O historiador da ciência H. Floris Cohen, na sua obra de 1994, *The Scientific Revolution: A Historiographical Inquiry*, onde se percorre toda a historiografia precedente sobre o tema, retoma a tese de Herbert Butterfield de que o brilho da Revolução Científica, que leva à ascensão do mundo ocidental na história mundial, reduz o Renascimento e a Reforma ao estatuto de meros episódios dentro do sistema da Cristandade medieval. Na sua obra de 2010, *How Modern Science Came Into the World*, Cohen tenta responder, usando argumentos de história comparada (considerando a época Sung chinesa, o Islão medieval, o Renascimento) à questão de porque a ciência moderna surge na Europa do séc. XVII e porque razão o seu desenvolvimento tem sido continuado. A resposta de Cohen é a de que duas das três tradições necessárias à emergência da ciência moderna existiam na Grécia Antiga – a filosofia especulativa, e as matemáticas puras e aplicadas (geometria euclidiana, estática arquimediana, astronomia ptolemaica). A terceira tradição, que se funde com as anteriores na Europa dos séc. XVI-XVII, é o experimentalismo que inquiriu dos factos da natureza; este tem origem nas navegações e na exploração dos novos territórios, na mineração, no desenvolvimento tecnológico que usa as matemáticas e no comércio. Esta atitude difere das anteriores por ser mais intervencionista e orientada para o controle e a dominação, pelo que Cohen designa esta tendência intelectual por "empirismo coercitivo". A síntese das três tradições produziu o tipo de conhecimento da natureza matemático-empírico que reconhecemos hoje como ciência moderna.⁴⁸

No livro de 1994, Cohen mostra como a historiografia tratou inicialmente o caso de Galileu (que nas palavras de AS é o criador da moderna mecânica) sob perspectivas tão diversas, desde a prioridade de factores materiais e práticos (Olshki, Bernal, Zilsel) até à inscrição

⁴⁷ BENDIX, REINHARD (1989) "Advocacy of science: Galileo", *Embattled Reason: Essays on Social Knowledge*, Volume 2, New Jersey: Transaction Publishers, p. 290.

⁴⁸ COHEN, H. FLORIS (1994) *The Scientific Revolution: A Historiographical Inquiry*, Chicago: University of Chicago Press; (2010) *How modern science came into the world Four traditions, one 17th-century breakthrough*, Amsterdam: Amsterdam University Press.

na tradição platónico-arquimediana (e menorização do lado experimental concreto) por Alexandre Koyré.⁴⁹ A tese do filólogo e historiador Leonardo Olshki (1885-1962) (a qual surge na obra *Galileo and seine Zeit* de 1927) é a de que o que permitiu a Galileu transcender a erudição infértil dos seus antecessores científicos foi o contacto com a nova tradição de aplicação das matemáticas a questões tecnológicas, quais a perspectiva linear, mineração, fortificação, balística, tradição que é invocada na primeira jornada dos *Discorsi*, trecho citado por AS. Esta tese é depois ampliada por Edgar Zilsel, sociólogo marxista (mas independente), filosoficamente partidário do empirismo lógico, e, como membro do Mach Verein, um dos fundadores do Círculo de Viena, no artigo de 1942 "As raízes sociológicas da ciência". O novo dinamismo do mundo europeu é um elemento central da tese de Olshki: – se os gregos possuíram a filosofia (racionalista) e desenvolveram dedutivamente as matemáticas (no essencial as mesmas disponíveis para Galileu) foi o séc. XVII europeu que realizou o que poderia parecer embrionário na Grécia antiga, supondo que Galileu, como pensou Koyré, foi um sucessor directo de Arquimedes.⁵⁰

A terceira tradição, posta em evidência por argumentações pragmático-materialistas, é aquela a que AS se refere quando fala de Galileu em "O Reino cadaveroso" de 1925; é a ausência lusa da fusão das três tradições, para o que contribui a falta de actividade industrial junto com os efeitos da contra-reforma que caracterizam o nosso

⁴⁹ KOYRÉ, ALEXANDRE (1943) "Galileo and Plato", *Journal of the History of Ideas*, Vol. 4, N.º 4, p. 400-428. ZILSEL, EDGAR (1942) "The sociological roots of science", originalmente em *The American journal of sociology*, Vol. 47, p. 542-62; republicado em *Social Studies of Science*, Vol. 30, N.º 6 (2000), p. 935-949 e nos *Basin Studies in the philosophy of science*, N.º 200, 2003, com prefácio de Joseph Needham.

⁵⁰ Sobre as ideias de Olshki ver COHEN (1994), § 5.2. Cohen nota que a tese de Olshki era bastante inusitada à época; a interpretação marxista tem um zénite ideológico na tese do físico soviético Hessen (1931) no seu "The Social and economic roots of Newton's 'Principia'". A edição original do livro de Olshki (1927) editado por Max Niemeyer Verlag em Halle, existe na BNP; E. II aparece em 1929, mas AS está desde 1926 em Paris, portanto é difícil afirmar-se que AS terá tido conhecimento da obra de Olshki, até porque "O Reino cadaveroso" terá sido escrito em 1925. A questão é irrelevante para o interesse de AS por este tipo inusitado de explicação "materialista", que está em clara harmonia com a sua historiografia.

seiscentismo, que explica a persistência do paradigma aristotélico nos estudos superiores em Portugal, que é lido como sinal da nossa decadência. A tese de AS é, resumidamente, a seguinte:

Dois povos (o italiano e o nosso) se viram à testa da revolução. A faina industrial e o comércio marítimo impeliram à revolução o Italiano; e foram as navegações e os descobrimentos (filhos de necessidades comerciais) que iniciaram na nova atitude a mentalidade do Português. A ciência mecânica da natureza, pois, saiu da indústria florescente das cidades italianas, que buscavam exceder-se umas às outras nas actividades da fabricação, no achado de processos e de máquinas novas. O uso das forças da natureza levou ao sistemático conhecimento das suas maneiras de actuar, obrigando os espíritos reflexivos à investigação das suas leis, [segue-se a passagem dos *Discorsi* de Galileu em que Sagredo afirma frequentar os artesões-engenheiros dos arsenais de Veneza].... [este novo espírito foi teorizado por Bacon de Verulano mas foram] Galileu e Leonardo da Vinci que concretamente o instituíram... O que nos manuscritos de Leonardo interessa sobretudo os homens de hoje, – é por um lado, a ideia da importância essencial do novo método experimentalista, e do correlativo espírito crítico; e por outro lado, a de que sem a aplicação da Matemática à Física não há física que se tome a sério. A Física pois, ou é Física *quantitativa* (o contrário da de Aristóteles), ou não é nada.⁵¹

⁵¹ In E. II, p. 30-32. Nota de Hermínio Martins: "Um livro relativamente recente, de Alfred W. Crosby *The measure of reality* documenta extensamente as múltiplas práticas de mensuração muito difundidas na Itália do Norte, o que sugere que os hábitos de pensar quantitativos se tinham estabelecido amplamente na vida quotidiana, e não só na aritmética comercial e na arquitectura: sem falar da contabilidade de dupla entrada inventada pelo italiano Paccioli, geralmente reconhecida como decisiva para a racionalização do capitalismo comercial já por autores como Sombart (que até exagerou muito a sua importância), Simmel e Max Weber (devidamente nouda, como não podia deixar de ser, por Zilsel). É verdade que, mesmo que se tenha constituído um certo *habitus* quantitativista difuso nessas sociedades, as cidades-estados comerciais do Norte da Itália, isso não determinou por si só o quantitativismo na ciência, que se relaciona crucialmente com instrumentos desenhados para a observação e a experimentação física, tal como, respectivamente,

Sobre a unidade do pensamento sergiano durante a Primeira República

por

João Príncipe (Universidade de Évora – IHC/CEHFCi)

0. Introdução

Neste estudo valorizaremos as conexões entre o ideário filosófico, ideológico e a historiografia de António Sérgio.¹ A Reforma económica e mental de Portugal foi o problema maior que o advento da República fez o jovem Sérgio, de início dirigido para a poesia e a filosofia, colocar-se. A sua acção cívica e cultural almejou à compreensão dos problemas nacionais, na dupla vertente sócio-económica e mental-pedagógica, propondo soluções concretas, para cuja realização tentou, junto com outros companheiros, na Renascença Portuguesa e depois na Seara Nova (para destacar os dois principais movimentos cívico-intelectuais que integrou), criar e mobilizar uma elite formadora de uma opinião pública esclarecida, dotada de espírito crítico e democrático, sensível aos valores de um humanismo científico, da autonomia da pessoa humana e de um socialismo libertário, capaz de ultrapassar o espectrismo secular e de abrir um horizonte onde a reforma das mentalidades nos devolve, no limite, a nossa condição de elevação ao puro Espírito, a um estado cuja limite é a beatitude espinosiana.²

O foco vai centrar-se na vertente pragmatista do seu ideário o que dá naturalidade à ligação com a parte ‘aplicada’ do seu pensamento, a sua historiografia sociológica (decerto o aspecto mais original do seu pensamento, até por trazer ligado o vasto feixe dos restantes aspectos), onde os condicionamentos geográfico e sócio-económicos, internos e externos (que inserem Portugal na História Universal) interagem decisivamente com a mentalidade. Para AS foi a tendência dominante da nossa história pós-navegações (senão mesmo pós Primeira Dinastia) - a do parasitismo associado ao exclusivo domínio da Política de Transporte, acompanhada, com a Contra-Reforma, de uma tendência isolacionista e desprezadora do humanismo científico de feição cosmopolita - que conduziu à decadência nacional; AS colocou-se do lado dos defensores de uma concomitante Política de Fixação, advogando o cosmopolitismo e estrangeiramento das elites. Os seus ensaios são marcados por uma concisão extrema, nos antípodas do expansionismo romântico; esse dogma metodológico, que se auto-impôs, foi servido por uma prosa de estilo ímpar que, ao vincar teses maiores, esconde uma criatividade ancorada em leituras e análises profundas e detalhadas de autores portugueses e estrangeiros, pretéritos e seus contemporâneos, cuja investigação permite a inserção numa constelação cosmopolita de nomes maiores, entre os quais será lícito ver o seu figurar.

¹ Abreviaturas e convenções: AS – António Sérgio; RP – Renascença Portuguesa; SN – Seara Nova; JD – John Dewey; E. – *Ensaios* de AS. Para citar uso, quando existem, as edições modernas; editadas pela Livraria Sá da Costa Editora (Lisboa) nos anos de 1970, é o caso de: (1971-1974) *Ensaios* 8 tomos, (1972) *Breve interpretação da história de Portugal*, (1974) *Democracia*; outros textos, em dois volumes de edição INCM (Lisboa), colecção Pensamento Português: AS (2001) *Notas sobre Antero, Cartas de Problemática e outros textos filosóficos*, com prefácio de António Pedro Mesquita; AS (2008) *Ensaios sobre educação*, com prefácio de Manuel Ferreira Patrício. Recorde-se que os *Ensaios* Tomo I, são edição de Editores Anuario do Brasil – Rio de Janeiro, Renascença Portuguesa – Porto, p. 113-162 e que os tomos II, III, IV e V, são editados pela SN.

Este texto beneficiou da leitura atenta e comentários de Hermínio Martins, a quem agradeço.

² Ver (1916) “Espectros”, *Atlântida* - Mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil. Directores: João do Rio e João de Barros, Nº 11, p. 1052-1067; in E. I, p. 169-187.

1. Filosofia

1.1 Iniciação filosófica

O ponto de partida é, à uma, científico e literário – meditação do significado da geometria analítica e interesse pela vida e obra de Antero, tema da sua primeira obra filosófica. AS, recordando a juventude, afirmou em 1915: “Eu gostava muito da matemática, considerava muito belos os encadeamentos dos teoremas e sonhava com uma matemática universal. Divertia-me dar forma de encadeamento geométrico a tudo o que conhecia, e mais tarde (18 anos) fiquei deslumbrado ao folhear pela primeira vez a *Ética de Spinoza*”. Após um ano de estudos preparatórios na Escola Politécnica faz o curso da Escola Naval (entre os 19 e 21 anos) – “ao gosto pela matemática sucedeu o da filosofia, da literatura e da arte...entre os 19 e os 26 eu li sem método Descartes, Pascal, Leibniz, Berkeley, Kant, Schopenhauer, Comte, Taine, Stuart Mill, Spencer, Guyau, Fouillée”³.

Em 1908 e 1909 vê publicados os seus primeiros textos, um volume de *Rimas* e um ensaio sobre o nosso grande poeta filósofo Antero de Quental, *Notas sobre os sonetos e as tendências geraes da philosophia de Anthero de Quental*; AS analisa as angústias filosóficas de Antero, demarcando-se do naturalismo cientista, positivista, do médico Sousa Martins que na sua *Nosografia* vê Antero como um degenerado hereditário e superior, na tradição de Lombroso, o autor de *Genio e degenerazione*.⁴ Aí AS faz uma digressão pela história da filosofia moderna, de Descartes a Hegel e Schopenhauer, sendo dada especial atenção a Kant e ao problema do conhecimento. No que toca à *Ética*, AS inspira-se de Jean-Marie Guyau (1855-1888), para o qual “a vida envolve, na sua *intensidade* individual, um princípio de *expansão*, de fecundidade, numa palavra de generosidade”.⁵ Para AS o altruísmo é uma tendência básica, sendo o princípio darwinista do ‘struggle for life’ uma generalização abusiva do biológico para o moral.

Alfred Fouillée (1838-1912), grande amigo de Guyau, foi lido empaticamente pelo jovem AS. Professor na École Normale Supérieure, o autor de *Platon* (1869), *L'évolutionnisme des idées-forces* (1890) e do *Psychologie des idées-forces* (1893), opôs-se ao positivismo e defendeu a metafísica; rejeitou o dualismo entre fenómeno e númeno (no que se aproximou de Fichte). Em *Le Mouvement idéaliste et la réaction contre la science positive* (1895), escreveu: “O valor

³ AS (1990) *Autobiografia* de A. S. escrita em 1915, compilada e anotada por Daniel Hameline e António Nóvoa, *Revista Critica de Ciências Sociais*, Nº 29, Fevereiro de 1990, p. 141-174. Ver PRÍNCIPE, JOÃO (2004) *Razão e Ciência em António Sérgio*, Lisboa: Coleção Temas Portugueses, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, § 0.

⁴ As críticas dos racionalistas franceses do fim do século XIX, ao evolucionismo e ao positivismo inspiraram AS: “Quer para o positivismo, quer para o evolucionismo, o pensamento humano está de algum modo ligado às formas sociais, sendo o seu reflexo.... Renouvier, opôs à ordem de continuidade e de variação estrita, postuladas pelo evolucionismo, a possibilidade de começos absolutos. Lachelier submeteu a uma crítica profunda os processos lógicos nos quais se baseiam as generalizações de Comte e de Spencer. Fouillée, que apelidaram de ‘positivista platónico’, elaborou uma teoria das ‘ideias-forças’, que realça a função do indivíduo na história e estima que este sendo capaz, em certas circunstâncias favoráveis, de modificar o meio social e mesmo de criar um meio novo, a consequência é que não se pode sustentar seriamente que a história seja governada por leis inelutáveis. Este ponto de vista é também o de Guyau: ‘o génio, diz ele, modifica portanto o meio social e intelectual pré-existente. Ele não é pura e simplesmente produto desse meio’”, BOUTHOU, GASTON (1946) *Traité de Sociologie*, Paris: Payot, p. 65.

⁵ Palavras de Fouillée, citado de BEAUQUODRAY, ELISABETH GANNE DE (1936) *La psychologie et la métaphysique des idées-forces chez Alfred Fouillée*, Paris : Vrin, p. 83.

da ciência implica duas condições: a realidade das relações que ela estabelece e a realidade dos termos entre os quais elas se estabelecem”; se a psicologia percebe os termos reais que são os estados de consciência “as ciências físicas podem se contentar com o acesso apenas às relações sem terem que se preocupar com a natureza dos termos em si, pois que a estes só acedemos indirectamente através dos dados das sensações”. AS, em consonância com Fouillé e com Renouvier, escreveu:

A única coisa conhecida *em si* é o estado actual de consciência.... Fantasiemos que o fundo e completo conhecimento fosse o dos termos e das relações: é impossível. Mais ainda: essas relações, na ciência, são estabelecidas, não entre as coisas que são em si, mas entre as representações mentais que lhes correspondem, entre os *nossos* factos de consciência que se lhes referem, não sendo as coisas apreendidas senão como funções umas das outras. Diremos por isso que o saber é *relativo*.⁶

No *La pensée et les nouvelles écoles anti-intellectualistes* (1911), lê-se “o pensamento foi feito primitivamente, não para especular, mas para agir, sendo a própria especulação uma ‘acção superior’ que tende a se prolongar em todas as acções conexas”; a psicologia não se pode restringir ao ponto de vista da inteligência, devendo-se colocar no ponto de vista da *vontade*, do *sentimento* e das ideias motrizes. As ideias são acções, são forças, porque se prolongam em movimentos, sejam eles cerebrais e/ou do nossos membros, do nosso corpo.

Psicologicamente, a força das ideias liga-se à sua influência sobre os nossos sentimentos, crenças e decisões, e portanto sobre as nossas acções, sendo as ideias motivos de acção para a nossa vontade; as ideias de fins ou de regras práticas, as de bens ou de leis, ou seja os ideais, ideias que respeitam a fins a seguir que nos são imanentes, são as que devem ter associadas maior intensidade ou força. As ideias têm força causal, tendo uma ideia força na medida em que ela é consciente; o valor de acção das ideias é o seu carácter afectivo – quanto mais afectivo, apaixonado, for um estado psicológico, mais capacidade tem ele de promover a acção e de influenciar a nossa conduta. As ideias têm a potência para causar efeitos, logo possuem uma verdade objectiva. A sua capacidade eficiente resulta da crença que lhes é associada; no caso das ciências, essa capacidade resulta da harmonia da nossa concepção da sua existência com a natureza íntima das coisas (conformidade da ideia com o seu objecto) e no caso das religiões e da filosofia da sua potência para modificar o nosso comportamento.⁷

⁶ BEAUCOUDREY (1936) p. 413, (1909) *Notas sobre os sonetos e as tendencias geraes da philosophia de Anthero de Quental*, Livraria Ferreira, editora – Lisboa, 132, Rua do Ouro; edição moderna em AS (2001) p. 57-144, ver nota XV; ver CARDIA, MÁRIO SOTTOMAYOR (1982) “O pensamento filosófico do jovem Sérgio”, *Revista Cultura – História e Filosofia*, Vol. 1, p. 411-467, ver p. 429.

⁷ Ver BEAUCOUDREY (1936) p. 74, 226-245, AS (1909) nota XIII, PRÍNCIPE (2004) p. 21, PRÍNCIPE, JOÃO e MARTINS, HERMÍNIO (2012) *Quatro novos estudos sobre António Sérgio por João Príncipe com um postfácio por Hermínio Martins*, Casal de Cambra: Caleidoscópio, p. 15-20; a citação é de FOUILLÉE, ALFRED (1927 5ª ed.) *La pensée et les nouvelles écoles anti-intellectualistes*, Paris: Alcan, p. 93.

A passagem das *Notas* que sintetiza o pensamento do jovem Sérgio é aquela onde nota o carácter dinâmico do conhecimento, vindo na Razão uma unidade harmónica do entendimento, da razão especulativa, do sentimento e da vontade:

Separar o sentimento, ou o facto da ideia, é uma ilusão na vida e um erro na especulação. O próprio trabalho científico pressupõe um amor e um ideal, ainda que mascarado ou inconsciente. Fazer ciência não é só especular, mas sentir, actuar, produzir. *Resulta o conhecimento de uma adaptação do ser ao meio, mas adaptação em que o indivíduo é essencialmente activo, tomando a iniciativa da pergunta e a iniciativa da resposta.* A ideia, junta ao sentimento, sai da acção e volta à acção: é assim que se pode dizer que a poesia é a verdadeira realidade [Novalis]. Ela nos mantém na atenção ao desconhecido, na admiração da grandeza espantosíssima do Cosmos, da complexidade subtilíssima das almas, característica do verdadeiro investigador.⁸

1.2 Um certo pragmatismo

A continuidade temporal do ideário filosófico de AS, que ele sempre afirmou (e que tem um coincidente paralelo com o percurso de Dewey desde os anos de 1890 até à década de 1950) não resulta da fidelidade exclusiva a uma escola filosófica (por ex. o idealismo crítico neo-kantiano). Durante a Primeira República, AS não enfileira explicitamente o seu ideário (racionalista) em nenhuma escola filosófica e, nas suas obras sobre educação, é a inspiração deweyana que surge mais explicitamente. Tal se liga à estadia, entre 1914 e 1916, na companhia de sua esposa Luísa Sérgio, no Instituto Jean-Jacques Rousseau (Escola de Ciências da Educação da Universidade de Genebra), fundado em 1912 pelo psicólogo funcional Edouard Claparède (1873-1940) e onde Faria de Vasconcelos (1880-1939) é encarregado de cursos (*chargé de cours*). Esta instituição está na vanguarda da Pedagogia, do movimento da Escola Nova. AS tornar-se-á amigo de Claparède e de Adolphe Ferrière (1879-1960), outro destacado pedagogo suíço, também professor neste Instituto. Estes dois intelectuais suíços são muito marcados pelo pensamento de John Dewey (1859-1952); filósofo norte-americano cuja popularidade internacional atingiu o seu auge nas primeiras décadas do século XX.⁹

JD formou-se na tradição idealista, tendo sido o seu contacto com o darwinismo, com alguma psicologia experimental e com William James (e vários filósofos americanos e ingleses, hoje razoavelmente esquecidos) que o colocaram numa perspectiva crítica e de afastamento relativamente ao absolutismo do pensar idealista alemão de Hegel. William James, como Fouillée, é um filósofo da esperança, com uma visão melhorista, em que o progresso resulta do esforço. Nós estamos sempre num fluxo contínuo, o pensamento flue como uma corrente, sendo o presente não tanto uma presença mas sim o ponto focal de uma experiência constante que é retrospectiva e prospectiva - para o autor dos *Principles of Psychology* a

⁸ AS (1909) nota XLIV (última das *Notas*), p. 185-186. A passagem em itálico é aquela que AS dará posteriormente como exemplo da sua fidelidade a uma intuição primitiva.

⁹ Ver BLAU, JOSEPH L. (1960) "John Dewey's theory of history", *The Journal of Philosophy*, Vol. 57, Nº 3, p. 89-100, p. 93, PRÍNCIPE (2012) p. 60-69.

consciência está em mudança constante e é contínua, o tempo humano é sempre sentido casando o presente com a memória e a expectativa. Esta sensibilidade transicionalista (Koopman) é anti-imobilista e anti-espectrista (no sentido sergiano) propondo o dever da novidade dos ideais e a realização de novas formas morais; isso numa perspectiva sempre reformista, continuista, onde se valoriza aos meios concretos que asseguram a conexão, o terceiro termo, entre as formas antigas e as novas que se propõem, entre o ponto de partida actual e o ideal ponto de chegada (por exemplo, a passagem do militarismo à paz, no seu *Moral equivalent of war* (1910), far-se-ia por uma variedade de militarismo pacífico); para James é essencial o empenho na revisão crítica das tradições existentes.¹⁰

JD, no seu pragmatismo, seguiu uma via naturalista, para a qual os problemas que a filosofia deve colocar (e aqueles que deve rejeitar por falaciosos) resultam da consideração do homem como ente biológico, mais sofisticado que outras espécies, de que deriva por continuidade; o homem é um ser gregário que vive em interacção constante com o seu contexto/ambiente (ou ‘campo situacional’) o qual lhe coloca constantemente problemas, sendo o pensamento, que vai criativamente produzindo, indissociável dessa interacção. Pensar é um dos modos pelo os quais o organismo humano interage com o ambiente, criando ‘ideias’ para resolver problemas e dificuldades que encontra; sem choques, não há reflexão, simplesmente inércia mental. Como as hipóteses científicas, as ideias não possuem carácter transcendente e são testadas pela prática; as ideias têm valor instrumental na vida humana, servindo para a reconstrução de situações insatisfatórias, sendo a tónica posta nos problemas do homem – a filosofia será um método de diagnóstico e prognóstico nos campos moral e político. JD foi desenvolvendo uma concepção da experiência, que classificou (na linha de James) de empirismo radical, na qual “as conexões, as continuidades e as relações são constitutivas da experiência, e não alheias à mesma”. Sem aceitar o que julgou distinções abruptas feitas por Kant (a priori/a posteriori, analítico/sintético e uma ideia de razão pura nitidamente distinta da experiência) manteve do pensamento do mestre alemão a ideia do carácter activo do pensamento na constituição da experiência. A investigação é elemento essencial da constituição da experiência e “surge de conflitos concretos e específicos dentro de situações que vamos enfrentando”. Para JD a natureza humana não é fixa (nem todavia infinitamente plástica e aperfeiçoável) e a experiência é mais do que conhecimento. O experimentalismo deweyano afirma o carácter activo da experiência, com a qual o homem tenta controlar o seu ambiente, processo no qual a própria experiência se vai melhorando. No campo epistemológico, esta atitude significa a valorização da problemática que permite a reconstrução, ao transformar os elementos de situações indeterminadas em todos unificados; no campo político valoriza-se a incerteza, o empenho em tornar problemáticas as práticas estabelecidas (para as melhorar) e o falibilismo.

¹¹ Esta tese foi publicitada por AS amiúde, em particular nos seus escritos políticos, e posta em

¹⁰ KOOPMAN, COLIN (2010) “Historicism in pragmatism: Lessons in historiography and philosophy”, *Metaphilosophy*, Vol. 41, Nº 5, p. 690 – 713; ver p. 691-695.

11 BERNSTEIN, RICHARD (2009) edição espanhola de 2010, *Filosofia e Democracia John Dewey*, Herder, Barcelona. Os capítulos 1 a 10 correspondem à obra *John Dewey* editada em 1966, p. 107, 110 e 229; BLAU (1960) p. 91, 92, 95; KOOPMAN (2010) p. 704-5. Em JD (1917), “The need for a recovery of philosophy”, encontra-se uma crítica sintética ao empirismo, ao racionalismo e ao idealismo, bem como uma apresentação da concepção de experiência de JD. Sobre ‘naturalismo’ ver E. II, 2ª edição, p. 257 nota A; AS, ao pensar em Marx, segue JD que ao uso do termo ‘materialismo’ prefere ‘naturalismo’, ver CORK, JIM (1949) “John Dewey, Karl Marx, and Democratic Socialism”, *The Antioch Review*, Vol. 9, Nº 4 (Winter, 1949), p. 435-452, p. 442.

relação com a mentalidade que presidiu às navegações e com a filosofia imanentista de Espinosa: “Uma metafísica do labor científico.... somente em Espinosa é que se entremostra... uma metafísica adequada a um experimentalismo radical”.¹²

Existem similitudes entre Fichte, para quem a noção de actividade é fundamental, e JD, que foram, em AS, favorecidas pela leitura de Fouillée e Claparède. Por exemplo, em 1890, nas páginas de *The Monist* lê-se: “Fichte is the real father of such psychical monism as has recently found so proficient an expounder in Professor Dewey”; e Claparède nota que: “M. Dewey professa assim uma psicologia profundamente voluntarista... o *eu* é actividade [le *moi* est activité]; é como que um foco de energia virtual que tende a se realizar incessantemente; pois o eu actual é ‘não realizado’ e ‘fazer-se a si próprio’ [se réaliser lui-même] é o fim ao qual tende constantemente”.¹³

No seu livro, de 1916, *Democracy and Education*, JD estabelece desde o início uma ligação entre a sua filosofia e o seu credo pedagógico e político: “A filosofia estabelecida neste livro liga o crescimento da democracia com o desenvolvimento do método experimental das ciências, com as ideias evolutivas da biologia e com a reorganização industrial e, deste modo, trata de assinalar as mudanças na matéria e no método que implicam estes desenvolvimentos”. No capítulo XXV, analisa as várias teorias sobre o conhecimento e trata a questão da causalidade da estrutura social sobre o pensamento filosófico. A descontinuidade social, as desigualdades sociais, têm o seu análogo nas teorias que afirmam dualismos ao invés de afirmarem a continuidade nos modos de conhecer. Um desses dualismos é o que opõe o conhecimento empírico ao conhecimento racional, as aparências dos sentidos à essência das ideias, o particular ao universal (por exemplo, a geografia à matemática). À passividade dos sentidos (que captam a realidade dada) opõe-se a actividade do conhecimento racional. A isto corresponde uma estrutura social de divisão do trabalho “entre aqueles que são controlados pela preocupação directa com as coisas e aqueles que estão livres para se cultivarem a si próprios”. Tal traduz-se numa separação extrema entre o conhecimento como algo que é exterior “uma acumulação de cognições tal como se pode armazenar comodidades materiais num armazém” e o método de aquisição; a tradução social disto é a distinção entre a parte da nossa vida que depende da autoridade e aquela onde actos livres podem ter lugar. A distinção entre intelecto e emoção, provoca a “uma depreciação sistemática do interesse.... Deste modo assistimos ao espectáculo da falta de apelo dos educadores ao interesse dos educandos enquanto simultaneamente sustentam com ar de grande dignidade a necessidade de exames, classificações e promoções”. Todas estas distinções culminam naquela entre “saber e fazer [knowing and doing], teoria e prática, entre a mente como o propósito e espírito da acção e o corpo como o seu órgão e meios”. Ora, os avanços nas ciências experimentais, na biologia (evolução), fisiologia e psicologia (análise do carácter construtivo da percepção) fornecem instrumentos para a construção da teoria pragmatista do conhecimento que afirma a tese da continuidade entre os modos de conhecer, “a continuidade entre o conhecer e a actividade que tem como propósito a alteração do ambiente”. A democracia, entendida não como

¹² Ensaio “O Reino Cadaveroso” (1925), E. II, p. 43; ver os textos: *Breve interpretação da História de Portugal*, de 1929, p. 86; *Democracia*, de 1934, p. 94-5, 98; e PRÍNCIPE (2012) p. 114-5.

¹³ MONTGOMERY, EDMUND (1892) “Psychical monism”, *The monist*, Vol. 2, Nº 3, p. 338-356, ver p. 345. JD (1913) *L'école et l'enfant*, avec une préface de E. Claparède, ed. Delachaux et Niestlé, Neuchâtel, p. X. Sobre Fichte e AS ver PRÍNCIPE (2004) apêndice e § 2.4.

simples realidade institucional (eleições, parlamento, etc.) mas como princípio e atitude (democracia participativa ou deliberativa) “deve desenvolver uma teoria do conhecimento” a qual tem uma tradução pedagógica, na “conexão entre a aquisição do conhecimento nas escolas e actividades, ou ocupações, a ocorrer num meio de vida associativa”; a “democracia é mais do que uma forma de governo; é fundamentalmente uma forma de vida em associação, de experiência conjunta comunicada”; ela é pois, e antes de tudo, um ideal moral. O pluralismo - o saber aceitar e defender a ideia de que sobre o interesse comum devem existir diversas posições, eventualmente conflituosas – e o humanismo falibilista - a ideia de que deve existir “ um contínuo reajuste por meio da confrontação com novas situações produzidas por uma variedade de encontros” – caracterizam a atitude democrática; a ‘democracia criativa’ implica a prática deste humanismo, ligado à investigação científica, que exige uma atitude aberta e imaginativa, uma “disposição de submeter as hipóteses próprias ao debate e à crítica pública, [pelo] carácter intrinsecamente comunal e cooperativo do método científico”, ou seja uma atitude experimental auto-correctiva.¹⁴

Os textos onde AS ecoa estas ideias, caso de *O Ensino como factor de ressurgimento nacional* (1918), foram lidos como sustentando a tese pragmatista da “origem utilitária do pensamento experimental”, como AS reconhece no seu ensaio “Educação e Filosofia”. O pragmatismo foi alvo de desconfiança no Continente europeu e nos próprios Estados Unidos (ex.: a obra *Anti-pragmatisme* de Albert Schinz, professor da Universidade da Pensilvânia, editada em 1909, ‘denuncia’ o carácter democrático, anti-aristocrático, do pensamento de JD). Dada a matriz inicial do seu pensamento filosófico, ligada ao platonismo de Fouillée e ao neo-kantismo fichteano e espiritualista, AS manteve-se muito atento às críticas sobre o retrato (caricatural) feito por James e JD da tradição racionalista, bem como da ideia da natureza exclusivamente utilitária/instrumental do conhecimento, mas confrontou-se seriamente com essa tensão e defendeu a necessidade de uma síntese com o intelectualismo; lê-se numa de suas notas manuscritas: “A síntese do pragmatismo com o intelectualismo deve ser procurada...na doutrina da razão pura prática, verdadeiro pragmatismo absoluto que faz coincidir a vontade pura com a razão universal”.¹⁵ No ensaio “Educação e filosofia”, onde mais claramente esboça um ideário filosófico, muito aberto à psicologia, AS esboça essa síntese, notando que a tese essencial do pragmatismo é a de que “as ideias agem, as ideias valem, as ideias são forças, são verdadeiros acontecimentos no evolver da realidade”. Fouillée notou a comunhão do seu pensamento com o dos pragmatistas (James e JD); são suas as palavras seguintes:

É verdade que o nosso conhecimento não é uma impressão passiva, mas uma acção; é verdade que os nossos sentimentos e desejos se misturam com os nossos conhecimentos e os *alteram*.

14 JD (1916) *Democracy and Education An Introduction to the Philosophy of Education*, New York: The MacMillan Company, p. V, cap. XXV, p. 101 e 100, BERNSTEIN (2009) p. 228 ; a ideia de interesse é o objecto do cap. X. Ver BERNSTEIN (2009) cap. 10, 13 e 14.

¹⁵ AS considera teimosia de temperamentos sentimentais incompatibilizar “o instrumentalismo do conhecimento e o ideal racionalista.... o determinismo da ciência e o utilitarismo da sua origem não a tornam estrangeira aos altos ideais e aos altos fins, às nossas preferências de natureza moral e aos nossos juízos de valor, porque a ciência é o produto de uma actividade paralela...à Razão *valorizadora*. A Razão, valor supremo, é o ápice do útil; do vital; do sentimental; do compreensível”, AS (1920) “Educação e Filosofia”, in *E. I.*, p. 131-167 da edição moderna, ver AS (1920) §8.

É verdade que as nossas ideias agem para produzir os seus objectos na realidade.... O pensamento tem um carácter activo e constitutivo.... As coisas não ficam depois *da ideia* tal qual elas eram antes, sendo que a ideia marca o início de uma nova conexão a qual, pelo facto de se produzir assim por intermédio de uma ideia, não deixa por isso de ser real.... JD mostra expressamente que as ideias se tornam forças práticas na medida em que elas têm a função e o poder de produzir mudanças nas existências anteriores.

Fouillée nota, no entanto, que a tese pragmatista da eficácia exclusivamente funcional das ideias, do facto do seu valor ser aferido pelos seus efeitos úteis ou prejudiciais, é limitativa pois a força de uma ideia resulta de tudo o que ela contém de verdadeiro e de possível, isso independentemente do juízo (moral) sobre os seus efeitos (a causalidade associada às ideias não se deve confundir com o princípio da finalidade). Para AS, se na sua origem o saber científico se vê condicionado pela satisfação dos nossos desejos, estes não se limitam à esfera do vital, do orgânico, do biológico, havendo neles uma dimensão valorativa associada a um instinto ou ideal de harmonia íntima, de unidade: “o instinto de racionalização é um esforço para a harmonia, para a adequação das partes ao todo, para essa reciprocidade de relações que é o elemento essencial da ideia do *justo*”; AS termina a sua secção sobre o pragmatismo, neste ensaio, afirmando: “O *élan* da psique não é o *vital*, é o *mental*, e por isso é a uma ética racionalista que conduz logicamente, — sem desvios — a tese inicial do pragmatismo”; AS perfilha a ideia de que nenhuma demonstração (científica) pode ser dada dos preceitos éticos e adere a uma moral voluntarista, tendo escrito em 1917: “[a] linhagem dos filósofos do moralismo, da decisão voluntária...vai de Pascal a Renouvier, a William James, ao pragmatismo de hoje”.¹⁶

2. Ideologia e História

2.1 Antero e Proudhon

Para estabelecer a genealogia do ideário político sergiano importa decerto referir Herculano (“radical como Kantista, municipalista como erudito, sem ser democrata, mas tendo laivo de socialismo prático” nas palavras de O. Martins¹⁷), Antero de Quental (cujas ‘utopias políticas’ são referidas *en passant* nas *Notas* de 1909) e Oliveira Martins (que vai da posição de Antero até ao socialismo de cátedra e ao cesarismo). Mas é para Proudhon e Antero que vão as maiores simpatias de AS.

¹⁶ AS (1920) § 8, p. 150, 160, 154, AS (1917a) “Ciência e Educação”, *A Águia*, Vol. XI, p. 78-96; in *E. I*, p. 124; as citações de Fouillée são da sua obra *La pensée et les nouvelles écoles antiintellectualistes*, de 1910, p. 315, 284-286, citado de BEAUCOUDREY (1936) p. 242-244. Ver tb. *E. II*, 2ª edição, p. 195. Renouvier foi o primeiro filósofo francês a dar notícia do pragmatismo americano, publicando na sua revista a tradução de um importante artigo epistemológico de Charles Sanders Peirce; também Durkheim aceitou as facetas do pragmatismo que não prejudicam o seu racionalismo, ver *Pragmatisme et sociologie*, obra que reúne suas lições na Sorbonne no ano académico de 1912-3 sobre o pragmatismo, publicadas por A. Cuvillier na editora Vrin.

¹⁷ In MARTINS (1977) *Portugal Contemporâneo II*, Lisboa: Guimarães editores, p. 237.

No texto de AS sobre as ideias políticas de Oliveira Martins, publicado em Maio de 1923 na *SN* Nº 23, onde, como acontecerá em outros textos sobre Martins e sobre Antero, a sua análise revela de forma subtil a sua perspectiva e horizonte, lê-se:

Ou aceitamos a relatividade e a implicância recíproca das contraditórias, ou andaremos aos bordos, como um ébrio, entre os termos opostos das antinomias. Não foi isto nem aquilo, mas toda a história da humanidade, nos factos e nos pensamentos, quem trouxe a situação em que nos encontramos, bem como as soluções doutrinárias que se impuseram por toda parte na primeira metade do século XIX. O *natural* - dizia-se então - era a bondade e a harmonia; perverteram-nos as instituições. A máxima felicidade obtinha-se pois libertando os indivíduos de todas as peias e regulamentos a que a consideração do bem geral os submetera até aí. Os interesses dos indivíduos, expandindo-se indefinidamente, por si mesmos se coordenariam numa harmonia superior. Chamou-se a doutrina, como todos sabem, Liberalismo, Individualismo na Moral, Livre-cambismo na Economia, Parlamentarismo na Política. Destruíram-se assim todos os vínculos que prendiam o indivíduo à sociedade, e esperou-se de aí a felicidade dos povos. Na geração seguinte, porém, os críticos começaram a desmentir as previsões dos optimistas: não era a harmonia espontânea o que eles observavam no liberalismo, mas a guerra dos indivíduos e das classes, o esmagamento da maioria, a prepotência dos argentados, as reclamações violentas dos desfavorecidos, o parvenusismo desenfreado, o governo dos intrigantes e dos sem-escrúpulos. E começaram a protestar, dizendo que a sociedade não podia ser a simples co-existência dos egoísmos soltos: ela era um organismo, um organismo vivo e centralizado, tal o corpo de cada um de nós, onde os órgãos não funcionam como seres independentes, mas exercem todas funções restritas, sujeitas à ideia do ser total. Em vez do «laissez faire, laissez passer», cumpria estabelecer um regime político de protecção e de garantia, defender o interesse geral contra os abusos dos indivíduos, procurar as formas de agregação mais favoráveis ao bem comum. Foram surgindo projectos amplos para a reorganização da sociedade, que todos cabiam, melhor ou pior, na designação vaga de socialismo, - doutrinas, dizia Herculano, fortes e justas como crítica, mas inanes como construção.¹⁸

Desde pelo menos 1873, Antero tenta fundar um partido socialista, o qual surge em 1875, como ramo da I Internacional. A influência de Proudhon sobre Antero é clara nas *Odes Modernas* ou no texto de 1871, “O que é a Internacional”. Para Antero, como para Proudhon, e contrariamente aos republicanos, a questão social era mais importante que a questão política. A indiferença sergiana perante a escolha entre república e monarquia vai nesta linha e ecoa a tese da ala possibilista dos socialistas, cujo dirigente Luís Figueiredo, em 1899, recusa o apoio tático aos republicanos, defendendo que a questão da mudança de regime pouco interesse tem face à necessidade de melhorar as condições de vida do operariado.¹⁹

¹⁸ AS (1923), “Problemas políticos nacionais A política de Oliveira Martins”, *SN* Nº 23 , p. 2.

¹⁹ Ver MÓNICA, MARIA FILOMENA (1985) *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1914)*. Lisboa: Imprensa Nacional. Em carta a Proença de 1912, AS tematiza a questão, ver (1987) *Correspondência para Raul Proença*,

A triologia proudhoniana - Liberdade, Igualdade, Justiça - é acompanhada pela ideia de que revolucionar a sociedade é uma obra lenta e não o resultado (como para os jacobinos), de uma revolução política, baseada no pronunciamento militar. Afirmou Antero; “uma tão vasta transformação...[efectuar-se-á] evolutivamente, por meio de sucessivas transformações, por uma lenta preparação, que eduque os homens para uma nova ordem de coisas, e torne possível, sem se passar pelo caos, o novo génesis social”²⁰; esta ideia de que a democracia exige uma educação específica está sintetizada na máxima proudhoniana: ‘democracia é demopedia’.²¹

Nas palavras de Antero, o capital procede a um “roubo legal”, ao sugar a “melhor e a maior parte” da produção “filha exclusiva do trabalho”. Como Proudhon, Antero admite a propriedade individual e a liberdade de trabalho e propõe como solução o imperativo social da associação, a constituição de corporações livres, possuidoras dos instrumentos de trabalho que devem ser postos ao dispor dos seus membros. Estas colectividades entendem-se fraternalmente, concedendo-se mutuamente crédito, trocam directamente os produtos, suprimindo os intermediários, estabelecendo federações e um sistema universal de bancos de circulação e de troca. O mutualismo é, destarte, um conceito basilar que traduz a triologia de princípios. Por esta via elimina-se simultaneamente o Capitalismo e o Estado, sendo que este tende a alienar a ‘força colectiva’ e a submeter as liberdades individuais, transformando os indivíduos em “insignificantes peças minúsculas e sem poder”.²²

Nos textos publicados pela *RP*, AS refere os seus ideias socialistas. O texto em que apresenta os propósitos da *RP* numa conferência no Rio de Janeiro (Julho de 1913), finda com uma citação longa da conferência de Antero “Causas da decadência dos povos peninsulares” (*Conferências do Casino*, 1871), onde este fala da gradual “transição para o mundo do socialismo, a quem pertence o futuro”; em rodapé são citados, o “historiador socialista Louis Blanc” e o “filósofo socialista Carlos Renouvier”.²³ Em “A função social dos estudantes”, AS insiste sobre a necessidade de descentralização e de associativismo; julgando que a experiência anterior da Liga Patriótica do Norte, mostrou que “associações atomisticamente congregadas, sem raízes na terra e no trabalho, não são suficientes”, cita “Proudhon, o autor

organização e introdução de J. C. González com um estudo de F. Piteira Santos, publicações Dom Quixote / Biblioteca Nacional, Lisboa, p. 37-41.

²⁰ “O que é a Internacional”, ROCHA, ACÍLIO S. E. (1991) “[Proudhon e o socialismo anterior](#)”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, T. 47, Fasc. 2, Antero de Quental (1891-1991) (Apr. - Jun., 1991), p. 349-374. citado da p. 363. Ver ANTERO DE QUENTAL (1982) *Prosas sócio-políticas*, org. e introdução de Joel Serrão, Lisboa: INCM ; tb. o ensaio “Sobre o socialismo de Antero de Quental” in *E*. IV (1934).

²¹ “Em política, que deseja a *Seara*? A democracia. Mas a base da democracia é a *virtude*...isto é: a moralidade cívica de todos nós. Antes de ser um regime político, é a democracia uma atitude moral; e a maneira de fazer a democracia não é directamente pela política, mas indirectamente pelos costumes.... Fundar a democracia, é levar a substituir progressivamente a autoridade externa de certos homens (ou dum certo homem) sobre os outros — pela autoridade *interna* em cada um de nós, isto é, pelo império do racional de cada alma cívica sobre os seus próprios interesses e paixões.... Declara por isso o nosso Proudhon: «democracia é demopedia»; democracia é educação do povo. Preguar democracia, por isso, é trabalho de exemplo e de paciência”, *SN* Nº 87 (1926) p. 292-293. Ver tb. *SN* Nº 47 p. 202.

²² “O que é a Internacional” citado de ROCHA (1991) p. 366; última citação de Proudhon, *De la justice*, II, p. 288, cit. de id., p. 370.

²³ AS (1914) *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*, *RP*, Porto; também em AS (2008) p. 13-54, ver p. 52-53.

do *Princípio Federativo*” para argumentar da necessidade de tal movimento associativo se apoiar nas corporações profissionais.²⁴

Outro aspecto central do pensamento de Proudhon de que AS faz eco é o da crítica ao Contrato Social de Rousseau e à noção de Vontade Geral que foi adoptada pelos Jacobinos defensores da ideia de um Estado forte e interventor que aglutina em si toda a soberania. Esta crítica surge na revista *Atlântida* (1917); transcrevo um excerto:

Rousseau...não logrou clarificar...a noção de Vontade Geral. {Esta} pode ter uma acepção *qualitativa* e uma acepção *quantitativa*: consoante a primeira é a vontade legítima, racional; consoante a segunda é a vontade de todos... A primeira contém-se numa filosofia e a segunda numa urna; a primeira exprime-se numa Consciência.... Ora Rousseau...raciocina como se as duas coincidissem.... Fica deste modo a doutrina...repousando no seguinte: 1.º - A redução da liberdade à faculdade de participação no voto...e à submissão de cada homem ao poder absoluto da Vontade Geral.... A liberdade é pois para o Rousseau do *Contrato Social*, praticamente, a submissão absoluta à vontade da maioria. Suponde agora uma minoria atrevida e sem escrúpulos, fortemente organizada, absorvendo pelo terror e pela cupidez a opinião dos dispersos e dos ambiciosos, falando em nome da ‘vontade geral’ para ‘obrigar os outros a serem livres’, e tereis o jacobino bem coraçoado com a disciplina do seu evangelho.²⁵

Para Proudhon o contrato social (que ele afirmou repetidamente ter sido mal compreendido por Rousseau que o teria construído artificial e metafisicamente, desprezando os naturais laços económicos entre os indivíduos) é um acordo de troca entre as partes “em virtude do qual a liberdade e o bem estar aumentam”, o que é contrário à ideia de governo cuja autoridade, característica inalienável do governo, faz diminuir aqueles. O contrato social é “o único laço moral que seres livres e iguais podem aceitar”, sendo sempre recíproco, “livremente discutido e individualmente aceite”; a mutualidade (la mutualité) ou sociedade contratual é um outro nome para a soma total destes contratos. Proudhon insistiu na contradição de Rousseau que, após ter colocado a soberania no povo, erige a lei (que o governo e o estado,

²⁴ AS (2008) p. 200, 206 (AS propõe aí que os eleitores se organizem por profissões – proposta de algo como uma câmara corporativa, o que vem no contexto da criação de um Conselho Económico Nacional). Em carta a Proença, de 1913, lê-se: “Creio que um socialista... me admitiria entre os seus, e isto não de hoje nem de ontem, mas de há já muitos anos. Das teorias socialistas só não aceito o que é demasiada restrição à liberdade”, AS (1987) carta nº 21, p. 60; comparar, no entanto, com ibidem, p. 140, onde parafraseia Herculano. Sobre tirania ver ibidem, p. 99; ver PRÍNCIPE, JOÃO (2013) “Raízes do pensamento político de António Sérgio”, *Vértice*, II Série, Nº 167, 5-18.

²⁵ AS (1917b) “A Educação Cívica, a liberdade e o patriotismo antigos e modernos (a propósito de Rousseau e de Camões)”, *Atlântida*, primeira parte, Nº16 p. 251-260, ver p. 252-253. Ver: a edição do *Du Contrat Social* de GEORGE BEAULAVON, (Paris: F. Rieder et Cie.), p. 10 e 101 da 3ª edição de 1922 (a 2ª edição é de 1913); tb. NOLAND, AARON (1967) “Proudhon and Rousseau”, *Journal of the History of Ideas*, Vol. 28, Nº 1, p. 33-54. Beaulavon nota as censuras de Proudhon a Rousseau; AS terá lido também a obra de Paul Janet sobre a História da Ciência Política (2ª edição de 1872), onde se refere a influência de Rousseau sobre Kant e a analogia entre a moral individual regida pelo imperativo categórico e a Vontade Geral que deve ser o princípio da soberania; esta analogia surge em AS (1917b): “Transposto da nação para o indivíduo, o conceito qualitativo da vontade geral leva ao imperativo categórico de Kant”.

sedes da autoridade, impõem) como a expressão da vontade de todos, substituindo por aí a vontade da maioria pela vontade geral, colectiva e indivisível, ao substituir a transacção directa e pessoal entre cidadãos pela nomeação de representantes, e concentrando no estado, que passa a ser a única sociedade permissível, toda a soberania e poder e autoridade, e criando assim as condições para a tirania mais violenta. Para Proudhon o jacobinismo não pode assegurar a liberdade e a justiça que só podem existir numa sociedade civil constituída por uma rede de associações e de grupos informais de cidadãos e na qual “cada indivíduo seria simultaneamente produtor e consumidor, cidadão e príncipe, governante e governado”.²⁶

A realização dessa sociedade implica uma reforma moral para a qual é necessário que as acções humanas sejam cada vez mais determinadas pela razão, reflexão e escolha deliberada, e não pelo instinto, intuição ou espontaneidade, ou seja as ideias devem prevalecer sobre os sentimentos. A dicotomia sergiana clássico/romântico ecoa nitidamente este pensamento. Proudhon substitui a noção de vontade geral pela ideia de *razão colectiva*, “guardiã da verdade e da justiça”, fonte de toda “a lei pública e dos direitos humanos”, “fonte da moralidade e do progresso”, a qual “é diferente em qualidade e superior em poder à soma de todas as razões particulares...que a produzem”.²⁷

A ideia de *self-government*, de uma “articulação entre uma sociedade económica livremente federada...com uma democracia política baseada no contratualismo e na capacidade de auto-administração por grupos naturais constituintes do organismo social”²⁸ tal qual surge na obra de 1863 *Du principe fédératif* está em harmonia com a série de textos onde Sérgio propõe a escola-município, que iria combater o centralismo denunciado por Herculano (publicados em *A Águia* durante 1914, sob o título “O self-government e a Escola”, surgem depois em conjunto sob o título de *Educação cívica*).²⁹

O progresso social não se deve, para Proudhon, ao esforço das massas mas sim à elite, crença que repetiu em diversos textos e de que Sérgio fez eco ao teorizar sobre elites. Por exemplo, em carta de 1852, Proudhon escreveu:

É um absurdo querer conduzir uma sociedade no caminho da liberdade...tomando escravos por líderes e a classe alta, educada, por instrumento.... As massas, no que conseguiram de justo, sempre foram empurradas, solicitadas, de modo aberto ou de modo secreto, por espíritos de elite..., e cada vez que o povo se viu abandonado a si próprio, ele apenas soube, tal

26 NOLAND (1967) p. 39-42, 49, 50 que remete para as obras de PROUDHON: (1924) *Idée générale de la révolution au XIXe siècle*, Paris (p. 76, 169, 187-9, 193, 238) e (1952) *Contradictions Politiques*, Paris, (p. 206-7, 211, 236-239).

27 NOLAND (1967) p. 46.

²⁸ NETO, VÍTOR (1988) “Iberismo e municipalismo em J. F. Nogueira”, *Revista de História das Ideias*, Vol. 10, p. 753-768.

²⁹ AS (1915a) *Educação Cívica*, RP, Porto; também em edição da Sá da Costa de 1984, e em AS (2008) p. 55-122.

como crianças em idade escolar que imitam os seus mestres de estudos, copiar na margem os exemplos que tinha diante dos olhos, fazendo regredir a sociedade.³⁰

Em 1914, AS escreve: “A nossa futura pedagogia deverá ser, essencialmente, uma pedagogia do trabalho e da organização social do trabalho”.³¹ As semelhanças entre JD e Proudhon foram muitas vezes assinaladas, vendo-se neste um pragmatismo trabalhista – o trabalho é entendido como acção que é a fonte das ideias. A ligação Fichte-JD, no plano político, era decerto entendida por AS, no sentido dado pelas seguintes palavras de JD, que alude à obra de 1800 *O estado comercial fechado*: “ O objectivo final é um estado universal tão vasto quanto a humanidade, e um estado no qual cada indivíduo possa agir livremente, sem direitos assegurados pelo estado e sem obrigações impostas pelo estado. Mas antes que esta condição anárquica, do ponto de vista cosmopolita e filosófico, possa ser atingida é necessário passar por um período do estado nacional fechado”.³²

2.2 Os factores mentais e os sócio-económicos na historiografia-sociológica sergiana

Em 1955, em jeito de balanço, AS referia-se ao seu contributo historiográfico pela «introdução da problemática sociológica na maneira de escrever a nossa História».³³ De facto, embora muito inspirado por Oliveira Martins e por Antero (cujas teses repete, critica e amplia), AS abandona a história sob o modo dramático-narrativo onde tão frequentemente perspassa a acção providencial de grandes homens e concentra o seu esforço na obtenção de uma síntese que evidencie a inserção da história de Portugal na História Universal, mostre os condicionamentos externos e internos, valorizando os aspectos socio-económicos, geográficos, e a sua interacção com os aspectos mentais; isto decerto porque muito leu sobre história, quer de autores portugueses antigos e contemporâneos (os cronistas Azurara, Lopes e Pina; os economistas do séc. XVII, Herculano, Antero, Martins, Pinheiro Chagas, Teófilo, Rebelo da Silva, Basílio Teles, Anselmo Braancamp Freire e a sua revista *Arquivo Histórico Português*, Ezequiel de Campos, David Lopes, etc.) quer de estrangeiros (Gomez Solez, Lafuente, Buckle,

³⁰ Ver PROUDHON (1875) *Correspondance*, Vol. V, Burgille-les-Marnay, 8 octobre 1852, p. 57-58. Sobre elite em AS ver PRÍNCIPE (2012) p. 53-60.

³¹ “Pela Pedagogia do trabalho”, *A Águia*, Nº 27, p. 96. O pedagogo alemão Kerchensteiner, que AS refere posteriormente, muito valorizou o conceito de trabalho, entendido como acção, para a aprendizagem, ver PRÍNCIPE (2012) p. 69-73; ver carta XXXVII das *Cartas do terceiro homem*.

³² JD (1915) *German philosophy and politics*, New York: Henry Holt, p. 75; esta obra de Fichte, traduzida para francês em 1940, foi referida por diversos autores com ideias socialistas; esta passagem não é menos ‘severa’ que a ‘governança excepcional’ proposta em 1922 na SN. Ver, p. ex.: – BOUGLÉ, CÉLESTIN (1911) *La Sociologie de Proudhon*, Paris: Armand Colin, p. 111, 209; SOLARI, STEFANO (2010) “Institutions in Proudhon: the Way not Taken by European Economic Thought”, in *XIII Colloque international de l’Association Charles Gide – Les institutions dans la pensée économique*, Paris, 27 au 29 Mai 2010. Solari estabelece a ligação Fichte – Proudhon – doutrina ideológica – pragmatismo – JD; AS ligou o seu anti-estatismo ao pensar de Fichte – ver E. VII (1954) § 20 do “Relanços de Doutrina Democrática”; ver também: NAKHIMOVSKI, ISAAK (2011) *The Closed Commercial State: Perpetual Peace and Commercial Society from Rousseau to Fichte*, Princeton University Press, PERRINJAQUET, ALAIN (1997) “Fichte, Proudhon et la propriété” in *Fichte et la France*, Vol. 1, editado por Ives Radrizzani, Paris: Beauchesne ed., p. 141-182.

³³ In Prefácio à 2ª edição de E. V, p. 9.

Carlyle, Ferrero, Ticknor, Friedrich Schlegel, Gabriel Monod, Henri Berr cuja *Revue de Synthèse Historique* decerto ocasionou meditações metodológicas várias tal como o clássico livro de Langlois e Seignobos), apostando na ultrapassagem do estilo historiográfico do sec. XIX, ao valorizar o método, a estrutura racional do discurso e as ciências sociais emergentes.³⁴

A sua grande síntese da história portuguesa encontra-se em textos dos anos de 1920 quais o ensaio “As duas Políticas Nacionais” (E. II) e o *Bosquejo de História de Portugal* (que conhece traduções para inglês e para alemão), no qual a nossa história surge dividida em três grandes épocas; a Política de Fixação é aquela que AS liga a uma visão crítica e de humanismo científico, visão cujo impacto se viu subitamente interrompida pelo Seiscentismo.³⁵ Este esforço de síntese é iniciado com os textos, publicados pela RP, *O problema da cultura e o isolamento dos povos peninsulares*, (1914) e *Educação cívica e Considerações histórico-pedagógicas antepostas a um manual de instrução agrícola* (1915). Em 1913, retomando o tema da decadência nacional posto em relevo pela geração de 1870, AS releva dois aspectos – o Parasitismo e o Isolamento; o primeiro está associado ao tipo de expansão ultramarina e radica na educação guerreira (factor mental que actua sobre tempos longos), o segundo liga-se a um factor externo, onde o acaso se faz agente pela coincidência de duas séries autónomas (os efeitos da Contra-Reforma que chegam a Portugal).³⁶ Considere-se agora as teses da conferência de 1913, e os aprofundamentos de 1914-15, dando relevância àquelas que exibem factores mentais (que surgem em interacção constante com o económico):

i. Parasitismo e Espírito guerreiro.

³⁴ Sobre a história da historiografia portuguesa ver o trabalho de síntese TORGAL, LUÍS REIS; MENDES, JOSÉ AMADO; CATROGA, FERNANDO (1996) *História da História de Portugal Séculos XIX-XX*, Lisboa: Círculo de Leitores. Em outro lugar pretendo-me ocupar da metodologia histórica de AS; Seignobos é referido em 1914, AS (1987) nº 48, p. 129; Henri Berr escreveu: “Or, sans doute, on obtient du général par la méthode comparative. Mais il y a ‘général’ et ‘général’. La comparaison est un instrument propre à des services divers et de valeur inégale. Quand on l’applique sans une étude préalable de la causalité historique; lorsque, de façon tâtonnante ou massive, elle met en évidence certaines analogies de développement entre groupes ou époques; qu’elle pose des ‘lois’ plus ou moins approximatives et instables (l’histoire étant un complexe mouvant), dans cet emploi grossier la comparaison ne fait guère qu’inviter à réfléchir, à trouver l’explication causale : elle signale des problèmes, plutôt qu’elle n’apporte des solutions. La synthèse scientifique a pour objet essentiel de démêler les facteurs permanents qui interviennent dans l’histoire, de préciser leur nature et leurs rapports. Il ne faut donc pas confondre l’établissement de formules qui ne sont que de larges constatations avec la recherche des causes explicatives” in “Le Ve Congrès International des Sciences Historiques” *Revue de Synthèse historique* 1923 Vol. 35, p. 11.

³⁵ AS, no prefácio à 2ª edição de E. II, nota que a Política de Transporte não deve ser confundida com a política de expansão, sendo a Política de Fixação “a que criticava e completava a orientação mercantil (*sem pretender excluí-la*), preconizando que buscássemos fixar algures, em actividades da agricultura e indústria, os lucros provenientes de um comércio marítimo que se fizesse com método e com sensatez, e afirmando que o tráfico, sómente por si, nos não conduziria a uma situação salubre, à elevação do Povo, a um nível de prosperidade autêntica”, p. 10, ed. Sá da Costa.

³⁶ AS (1915b) *Considerações histórico-pedagógicas antepostas a um manual de instrução agrícola*, RP, Porto; também em AS (2008) p. 123-166. O estudo SÁ, VICTOR DE (1979) *A historiografia sociológica de António Sérgio*, Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve, Lisboa, identifica as teses historiográficas sergianas e aqui o sigo. Sá julga que as teses menos felizes de AS são as sobre séc. XIX, e que seguem Oliveira Martins. Para um juízo geral do catedrático espanhol Juan Moneva y Puyol ver SÁ (1979) p. 82. Cito segundo AS (2008) indicando as páginas junto da citação.

i.i.a. O domínio serôdio da Cavalaria foi a causa da educação guerreira em vez do trabalho criador: “O regime da educação guerreira foi originado pela invasão árabe, e consistiu no domínio serôdio da Cavalaria, esse feudalismo militar que foi uma insalubre exalação do feudalismo agrícola decomposto; consistiu no facto de Portugueses e Castelhanos terem vivido, não propriamente dum trabalho criador, mas da energia caçadora e aventureira: — donde o atraso dos peninsulares nas funções normais da indústria, e agricultura, com a formação de um temperamento em que as faculdades românticas da paixão e da fantasia, da impulsividade e da retórica, preponderam enormemente sobre a vontade e a razão.” (p. 21).

i.i.b. A estrutura social guerreira impediu a criação de uma burguesia afanosa e representou uma força de inércia: “A orientação exclusivamente guerreira foi causa de que as nossas conquistas não produzissem uma burguesia rica e afanosa [...] mas uma fidalguia corrompida e um populacho de mendigos; e uma vez bem definida a estrutura social a que nos levou, ei-la representando uma força de inércia persistente e multiforme.” (p. 21). Em 1915, AS dará um cunho positivo ao esforço da Primeira Dinastia: “os dinastas afonsinos empreenderam, como bons administradores e bons banqueiros, a organicidade da nação pelo trabalho colonizador e pelo *estrangueirismo* intelectual” (p. 111). Mas “a crise que levantou o Mestre de Avis fez naufragar a nobreza rústica [a única capaz de resistir ao centralismo, tendo a “gente do campo ligada a ela por uma comunidade de interesses: foi o que se viu com o Feudalismo”] e ressurgir a Cavalaria, com o seu companheiro, o Comércio.” (p. 113).

i.ii. A expansão acabou sendo uma persistência da caça secular iniciada com a Reconquista. A corrupção é inerente ao sistema das conquistas: “A guerra pode ser um auxiliar da nossa indústria, mas jamais a indústria única, substituindo todas as outras, sem que o corpo social venha a sofrer as consequências que nós hoje padecemos.» Depois de conquistar o mundo, o Espanhol [o ibérico] caiu exausto «não da enormidade do seu esforço [discordância pontual com Cortesão em 1913], mas da própria corrupção inerente a tal sistema”. (p. 27-28). Em 1915: e “se não há comércio que se mantenha sem uma actividade produtora que esteie a economia nacional, agravou-se aqui o desacerto com atacarmos no judeu o nosso único factor de capacidade comerciante.... Passámos assim a viver num duplo circuito de pirataria: o circuito exterior, sobre o indiano, e o interior sobre o judeu. Mas não vai sobeja a nossa demência, senão que agora, transcorrido século e meio sobre a aberração comercial, encetamos a aberração intelectual com a mania *purificadora*, devolvendo em maninho a inteligência, como já devolvêramos o território”. (p. 114-116).

Este segundo aspecto remete para uma causa da decadência já apontada por Antero e por Herculano, o efeito da Inquisição, que Sérgio amplia designando-o por:

ii. Purificação e Isolamento sistemático (p. 21).

ii.a. Se o século XV foi o «período soberbo» de Portugal em que foi capaz de participar na vida intelectual de toda a Europa: Depois da conquista de Ceuta, “o Infante [Dom Henrique] não mais desgarrar do programa nacional, preparando-se metodicamente, coligindo todos os dados, todas as fontes de informação que lhe podia o Universo fornecer.... Começava o período soberbo em que Portugal não só se cercou de gentes de diversas nações, mas percorreu todas as nações e avidamente se misturou à vida intelectual de toda a Europa”, (p. 28). Mas este período foi de curta duração: em meados do século XVI, “Rei, Inquisição e

Jesuítas, numa fúria ‘purificadora’ e diabólica — estalam, arrancam e arrojam aos quatro ventos a pobre árvore humanista e europeia” (p. 32).

ii.b. Três séculos de isolamento pela Inquisição reduzem a Península a uma ‘Ilha de Purificação’: “Parece que o acaso conspirava com a Índia para nos arrancar à civilização da Europa.... O sistema isolador montava já o cadafalso onde iria desenrolar-se uma tragédia de três séculos; durante três séculos o génio europeu será na Ibéria constantemente vencido: [primeiro pela absorção do nosso espírito na aventura do Ultramar e pela lei político-religiosa], e depois pelos males hereditários”. (p. 33).

Em conclusão: “Degenerámos precisamente por descumprirmos essa lei, postergando o trabalho normal da indústria e do saber pela exploração conquistadora e a aventura, ao mesmo tempo que nos isolámos da Europa, após a época fulgurante — e europeia — dos descobridores e humanistas.” (p. 20-21).

iii. Tentativas de Reforma.

iii.a. A uma primeira tentativa liga-se à acção dos estrangeirados no séc. XVIII, salientando o papel de Verney cujo *Verdadeiro Método de Estudar* denuncia o anquilosamento intelectual do ensino superior e propõe medidas de modernização no sentido de um humanismo científico, de pendor eclético e empirista: “As reformas de instrução do (tempo) de Pombal – (superficialmente depurificado) pelas suas missões no estrangeiro (de diplomata) foram precedidas dos ataques (da gloriosa plêiade estrangeirada)... Luís António Verney, (uma vítima do marquês) – que passou fora de Portugal toda a vida depois dos estudos universitários – publicava em 1747 o *Verdadeiro método de estudar*, em que... analisava a instrução pública portuguesa, confrontando-a com a ciência do seu tempo. O Método levantou uma celeuma estrepitosa: para os puros da época tudo que não fosse a sua ignorância eram (cito palavras de Verney) “arengas supérfluas e ociosidades de estrangeiros”. (p. 37)³⁷

iii.b. Um outro momento decisivo de estrangeiramento é o que acompanha as lutas liberais, pós invasões francesas. Herculano, Garret e Mouzinho lutam por romper a tradição do Isolamento. Antero (nomeadamente com a ‘questão coimbrã’) e Martins continuarão o esforço de Herculano.

A descolonização do Brasil e os decretos sobre a economia de Mouzinho da Silveira são considerados o segundo grande momento das tentativas de corrigir os vícios seculares: “A separação do Brasil e Mouzinho abalaram nos alicerces o sistema parasitário. Foi a maior revolução da nossa História, e era realmente a condenação de toda ela, desde o tempo de D. João III, em parte desde o Infante, pelo que toca às ideias económicas.” Mouzinho da Silveira mostrou “nos seus decretos, quais eram as condições normais da economia social, e como a riqueza estava em casa, na libertação e trabalho da própria terra”. (p.41)

Como nota Vítor de Sá “O manifesto de Sérgio, consubstanciado nesta conferência sobre *O Problema da Cultura*, é assim, ao mesmo tempo que um primeiro ensaio de interpretação

³⁷ Em 1925, no ensaio “O reino cadaveroso”, AS assinalará a acção mais eficaz, e menos aparatosa do que a de Pombal, dos ministros de D. Maria I: “Entra-se na época que se caracteriza pelas pensões de estudo no estrangeiro e pelo trabalho metódica da Academia das Ciências... As invasões francesas... vieram perturbar toda essa faina”, *E. II*, p. 51.

sociológica da História nacional, uma tentativa programática, um enunciado de reformas pedagógicas e económico-sociais a introduzir no país”.³⁸

Nas *Considerações histórico-pedagógicas* (terminadas em 24.XI.915) AS vai inscrever a nossa fundação e expansão na História económica Universal:

A própria prosperidade que o regime feudal-agrícola produziu no Norte da Europa excitou a actividade comercial, o desenvolvimento das cidades, a sua resistência aos senhores, e a saída deles para o Levante, a alargar a corrente comercial do Oriente para as regiões setentrionais. Foi este grande movimento das cruzadas do Norte, da Alemanha e França para a Itália e de aí para a Palestina, que ocasionou a fortuna das repúblicas marítimas italianas, intermediárias do tráfico entre a Hansa alemã e as caravanas levantinas.... Uma pequena derivação deste fluxo foi a origem da fundação do reino de Portugal, onde Lisboa era então uma Veneza embrionária.... O infante D. Henrique...D. Afonso V e D. João II foram os caudilhos da nova cruzada, os heróis de que a vida económica europeia necessitava, nesse momento, para resolver um dos maiores problemas de toda a história da civilização. Assistimos, pois, desde agora, aos esforços sucessivos de Portugal para resolver a sua crise de subsistências e a crise comercial de toda a Europa. (p. 136-137).

Um outro aspecto saliente deste texto é o da adopção da ideologia particularista dos sociólogos franceses da escola de *La Science Sociale*.³⁹ Considerando o período da primeira dinastia, que procede à formação da nacionalidade e à reconquista, AS nota:

Educados no parasitismo depredador não ganhámos o dom de iniciativa no trabalho regular dos povos de família particularista, que produziu em Inglaterra, fiel ao espírito do feudalismo uma forte e independente população de produtores rurais, uma nobreza que fixando-se nas terras e cultivando-as, dirigiu, patronou e governou as populações campestres, dando vitalidade pujantíssima à nação trabalhadora.

Nas sociedades de família *particularista*, como as anglo-saxónicas, a criança é educada para a independência, para a responsabilidade e para a iniciativa; entre as sociedades de família *comunitária*, as de formação comunitária de *família* são caracterizadas pela reunião de muitos casais no mesmo lar...os filhos não contam consigo próprios para se estabelecerem, mas com a comunidade familiar, onde ficarão, num bloco de estrutura comunista; nas sociedades de formação comunitária de *Estado*, de que Portugal é o exemplar mais perfeito, as comunidades familiares dissolvem-se na grande comunidade do Estado: a juventude conta sobretudo com os lugares da burocracia e do exército... (Ver a este propósito os trabalhos de *La Science Sociale*). (p. 131)

³⁸ SÁ (1979) p. 29.

³⁹ Ver PRÍNCIPE (2013), onde se faz a ligação ao voluntarismo inglês e ao *Labor*, e PRÍNCIPE (2012) p. 37-46.

AS nota que o Centralismo caracteriza os liberalismos francês e português:

Esta concepção da onipotência do Estado e o correlativo desprezo da constituição de Inglaterra, são comuns aos escritores que verdadeiramente inspiraram a revolução francesa. Por isso as nações continentais *libertadas*, mascaradas com as fórmulas parlamentares, continuaram com o temperamento e a educação de século as fizeram: absolutismos liberais, segundo a frase de Herculano, comunismos burocráticos, tiranias de bacharéis; a vida política resume-se nelas a um assalto geral aos dinheiros públicos, sob a direcção de tiranetes monárquico-liberais ou republicanos, que participam, exagerando-os, dos vícios do antigo absolutismo. (p. 132)

A onipotência do Estado traduz-se no comunismo burocrático, conceito já introduzido por Oliveira Martins, onde as clientelas assaltam os dinheiros públicos.

2.3 Uma historiografia também pragmatista

Depois de exemplificada a historiografia sergiana que valoriza a síntese sobre a narrativa romântica, para a qual uma suposta ‘presença ideal’ (Novalis) do passado é revivida pela dramatização do discurso, que valoriza a problemática, a ousadia das grandes hipóteses explicativas que marcam tendências sobre tempos longos, propondo explicações ‘materialistas históricas’ (onde o geográfico e o económico-social, o interesse classista, substituem o papel providencial dos grandes homens, as motivações religiosas e os argumentos racionais – arianismo nortenho versus semitismo do sul, etc.) que ultrapassam o nacionalismo estreito e colocam Portugal na corrente da história Universal, que valoriza também a história intelectual (analisando o pensamento de indivíduos-tipo representativos de tendências em conflito, caso de Camões, dos reformistas modernizantes - dos economistas do séc. XVII, de Verney, de Antero e de Martins); e que não se enredando no objectivismo dos factos, sempre criticamente apreciados e seleccionados em função de problemáticas, interesses e valores presentes, identifica condicionamentos e/ou persistência de factores do anquilosamento intelectual e económico de Portugal. Por ser tarefa hercúlea o estudo amplo da genealogia do seu pensamento histórico, restringir-me-ei às ressonâncias pragmatistas da historiografia sergiana, essenciais para compreender a atitude de AS em relação à história. O pragmatismo, com a sua sensibilidade melhorista e transicionalista, leva necessariamente a sério a historicidade.⁴⁰

Os argumentos que dão à prática económica um papel condicionante sobre o pensamento abundam na obra de JD, como exemplificámos em 1.2; se há aqui analogia com argumentos marxistas, o facto é que JD acusou os marxistas de preconceito histórico ao querer subsumir os

⁴⁰ Na carta a Proença de 16 Nov. 1913, do Rio de Janeiro, lê-se: “eu tenho tendência para as causas gerais e subterrâneas... Eu vejo as fontes no povo, na história económica, em processos longínquos, esqueço as instituições e os indivíduos...creio que o meu método vem de uma forma de pensar, e não de uma forma de paixão”, AS (1987) p. 99.

acontecimentos sistematicamente à luta de classes, crítica (relativamente comum) que AS subscreveu.⁴¹

As *Considerações histórico-pedagógicas*, são encimadas pela citação de JD: “O valor do ensino da história reside no facto de que esta ciência pode ser um instrumento de análise das condições sociais presentes”. Este, em 1916, nota:

A segregação que mata a vitalidade da história resulta do divórcio relativamente aos modos e preocupações da vida actual. O passado enquanto apenas passado já não nos diz respeito. Se ele tivesse ido integralmente embora só haveria uma atitude razoável em relação a ele.... Mas o conhecimento do passado é a chave para o entendimento do presente.... O método genético foi talvez a maior conquista científica da segunda metade do século XIX. Ele tem por princípio que o modo de entender [get insight] qualquer produto complexo é traçar o processo da sua realização, — isto é o de seguir as etapas sucessivas do seu crescimento. Aplicar este método à história como se ele apenas consistisse no truísmo de que o presente estado da sociedade não pode ser separado do seu passado, é unilateral. Ele implica também que os acontecimentos passados não podem ser separados do presente vivenciado e conservar o seu sentido. O verdadeiro ponto de partida da história é sempre uma situação presente com os seus problemas.... A história económica é mais humana, mais democrática, e logo mais libertadora do que a história política. Ela lida não apenas com a ascensão e queda dos principados e das potências, mas com o crescimento das liberdades efectivas, através do comando da natureza, do homem comum para o qual os principados e os potentados existem.

AS, parafraseando JD, dirá o seguinte:

Nas guerras de Tróia e nas de Alexandre; nas revoluções de Roma e nas Cruzadas; na revolução industrial e na revolução francesa, — há uma série de causas, de forças, de necessidades sociais profundas que são semelhantes na essência, às que movem hoje a sociedade.... O verdadeiro ponto de partida é a consciência de uma situação actual. Se o passado explica o presente, é o presente que, por sua vez, explica também, interpreta e dá significação ao que passou.⁴²

A utilidade da história faria provavelmente JD sentir-se impaciente com o eruditismo dos estudos históricos monográficos, ‘impaciência’ que AS traduziu em comentários, subtilmente

⁴¹ Ver: WILKINS, BURLEIGH T. (1959) “Pragmatism as a Theory of Historical Knowledge: John Dewey on the Nature of Historical Inquiry”, *The American Historical Review*, Vol. 64, Nº 4, p. 878-890, p. 884; PRÍNCIPE (2012) p. 60-69. Sobre as semelhanças profundas entre o pensamento de JD e de Marx, primeiro notadas Sidney Hook, que estudou com JD, no seu *Toward the understanding of Karl Marx* de 1933, ver: HOOK, SIDNEY (2008) *John Dewey: A intellectual portrait*, New York: Cosimo, Inc. (1ª ed. de 1939) e CORK (1949).

⁴² JD (1916) cap. XVI, “O significado da geografia e da história”, § 3 “A história e a vida social actual”; AS (1918) *O ensino como factor do ressurgimento nacional*, RP, Porto, ver AS (2008) p. 219, 233-4.

irónicos, sobre o carácter não erudito da sua historiografia, no plágio dos eruditos ao escrever supondo conhecidos os factos que aqueles apuraram; AS chegou a afirmar não ser um historiador (comentário que os seus denegridores lhe afivelaram, tal como aconteceu com Ferrero na Itália natal); o lado positivo desta atitude é o óbvio interesse de AS pela constituição de grandes-Todos, de uma visão filosófica da história portuguesa que a inscreve na história universal, tendência hegeliana invertida pelo salientar dos condicionamentos sócio-económicos.⁴³

Uma outra semelhança está em pensar-se a história por homologia com as ciências, no que AS se inspirava também por certo da historiografia francesa (Comte, Renan, Taine, Fustel de Coulanges, Langlois e Seignobos, etc.). AS não subscreveu a distinção entre saberes nomológicos e saberes ideográficos (Windelband, Rickert), nem se referiu, a meu conhecimento, à simpatia e imaginação que segundo Croce fariam a especificidade da História; antes valorizou as semelhanças com a lógica científica, para a qual os particulares são ordenados como instâncias de generalizações ou de hipóteses.⁴⁴ Os dados históricos correspondem aos dados obtidos pelos cientistas nas suas experiências que são perguntas à natureza, baseadas em hipóteses; a história é uma tentativa de reconstrução hipotética da ordem temporal; essa reconstrução parte de um problema actual, que se insere numa estrutura conceptual contextualmente condicionada que atribui presença actual ao passado seleccionado pelo historiador, o que, como notará em *Logic: The theory of enquiry* (1938), implica uma constante reconstrução da história a partir da própria variação da cultura com as gerações sucessivas. Para JD o análogo do uso tecnológico da ciência, a engenharia, será para a história uma engenharia social como método de aperfeiçoamento social, processo de eminente experimentalismo.⁴⁵

⁴³ WILKINS (1959) p. 884. A história universal de carácter filosófico é um projecto de Kant expresso metafisicamente no seu *Ideia para uma história universal com um propósito cosmopolita*; Henry Thomas Buckle, o autor da *História da Civilização em Inglaterra*, que AS cita - AS (2008) p. 36 - que soube valorizar os aspectos económicos no desenrolar da história, é no séc. XIX um dos paladinos da história universal, ver SEMMEL, BERNARD (1976) "H. T. Buckle: The Liberal Faith and the Science of History", *The British Journal of Sociology*, Vol. 27, Nº 3, Special Issue. History and Sociology, p. 370-386. Já no séc. XX, H. G. Wells, a quem AS dedica um ensaio escrito em 1923, publicado em E. II, é um dos poucos a tentar uma história universal, no seu *Outline of History* (1920); ver CARNEIRO, ROBERT L. (2002) *The Muse of History and the Science of Culture*, New York: Kluwer Academic Publishers, p. 30-35.

⁴⁴ Só tardiamente AS escreveu sobre método historiográfico, mas sempre notando as semelhanças com as ciências, em particular as físicas; ver AS (1941) *Em torno da designação de monarquia agrária dada à primeira época da nossa história*, Lisboa: Livraria Portugália, as *Notas de esclarecimento*, republicadas em E. II; dada a influência da sociologia, há alguma hesitação nos anos de 1910 sobre a existência de leis históricas acessíveis ao sujeito epistémico, ver por ex. carta a Proença de 1916, AS (1987) nº 54, p. 136. Nas *Notas de esclarecimento* AS não crê na indeterminação dos factos históricos mas afirma a não previsibilidade dos mesmos por ignorância das condições iniciais dos processos históricos, invocando distinções epistemológicas do debate em torno da Mecânica Quântica, E. II, p. 246-248.

⁴⁵ Ver CARNEIRO (2002) p. 145, 146, WILKINS (1959) p. 886-887. BLAU (1960) P. 95-99; sobre 'engenharia social' ver CORK (1949) p. 445-6; em carta de JD a Cork lê-se: "If I were permitted to define 'socialism' and 'socialist' I would so classify myself today...[mas] probably my experimentalism goes deeper than any other 'ism'", CORK (1949) p. 450-1. A proximidade de JD com o socialismo democrático assinalada por CORK é mais uma convergência entre JD e AS, e bem feliz; o socialismo de JD seria certamente um socialismo democrático ou uma democracia socializante, não-estatista, sem ser fanaticamente anti-estatista, favorecendo especialmente as associações voluntárias, como as cooperativas.

3. Epílogo

O interesse de AS pela história da cultura e das mentalidades, o relevo por ele dado ao papel das elites, através nomeadamente da leitura das obras de Gabriel Tarde, fazia acreditar que as práticas culturais, usando o anacronismo terminológico, eram dependentes de ideias, ou seja de teorias intelectuais, daí, por exemplo, a sua sistemática censura a Aristóteles e à escolástica, no que aí via de predomínio de um sensualismo, do espírito de autoridade, contrário ao Humanismo científico que emerge com o Renascimento, as Navegações e cujo corolário, europeu e não-português, é a Revolução científica do século XVII. Em 1925, AS afirma que esta revolução é, ao ampliar as conquistas do Renascimento, “o passo mais decisivo de toda a história do pensar humano”; enquanto que em Portugal, depois deste ter estado na vanguarda do espírito europeu no séc. XVI, se assiste a “um espectáculo de estiolamento da mentalidade”.⁴⁶ Como nota o sociólogo norte-americano Reinhard Bendix essa revolução é obra de uma elite: “The effects of science have been more sweeping than the effects of Christianity... But the spread of the scientific movement...has been the work of a elite. Science cannot become a mass movement.”⁴⁷

O historiador da ciência H. Floris Cohen, na sua obra de 1994, *The Scientific Revolution: A Historiographical Inquiry*, onde se percorre toda a historiografia precedente sobre o tema, retoma a tese de Herbert Butterfield de que o brilho da Revolução Científica, que leva à ascensão do mundo ocidental na história mundial, reduz o Renascimento e a Reforma ao estatuto de meros episódios dentro do sistema da Cristandade medieval. Na sua obra de 2010, *How Modern Science Came Into the World*, Cohen tenta responder, usando argumentos de história comparada (considerando a época Sung chinesa, o Islão medieval, o Renascimento) à questão de porque a ciência moderna surge na Europa do séc. XVII e porque razão o seu desenvolvimento tem sido continuado. A resposta de Cohen é a de que duas das três tradições necessárias à emergência da ciência moderna existiam na Grécia Antiga – a filosofia especulativa, e as matemáticas puras e aplicadas (geometria euclidiana, estática arquimediana, astronomia ptolemaica). A terceira tradição, que se funde com as anteriores na Europa dos séc. XVI-XVII, é o experimentalismo que inquirir dos factos da natureza; este tem origem nas navegações e na exploração dos novos territórios, na mineração, no desenvolvimento tecnológico que usa as matemáticas e no comércio. Esta atitude difere das anteriores por ser mais intervencionista e orientada para o controle e a dominação, pelo que Cohen designa esta tendência intelectual por “empirismo coercitivo”. A síntese das três tradições produziu o tipo de conhecimento da natureza matemático-empírico que reconhecemos hoje como ciência moderna.⁴⁸

No livro de 1994, Cohen mostra como a historiografia tratou inicialmente o caso de Galileu (que nas palavras de AS é o criador da moderna mecânica) sob perspectivas tão diversas,

⁴⁶ E. II p. 27. O experimentalismo e a crítica (política) à lógica aristotélica encontra-se em JD (1920) *Reconstruction in philosophy*, New York: Henry Holt, capítulo VIII “Reconstruction as affecting social philosophy”; ver KOOPMAN (2010) p. 700.

⁴⁷ BENDIX, REINHARD (1989) “Advocacy of science: Galileo”, *Embattled Reason: Essays on Social Knowledge*, Volume 2, New Jersey: Transaction Publishers, p. 290.

⁴⁸ COHEN, H. FLORIS (1994) *The Scientific Revolution: A Historiographical Inquiry*, Chicago: University of Chicago Press; (2010) *How modern science came into the world Four civilizations, one 17th-century breakthrough*, Amsterdam: Amsterdam University Press.

desde a prioridade de factores materiais e práticos (Olshki, Bernal, Zisel) até à inscrição na tradição platónico-arquimediana (e menorização do lado experimental concreto) por Alexandre Koyré.⁴⁹ A tese do filólogo e historiador Leonardo Olshki (1885-1962) (a qual surge na obra *Galileo und seine Zeit* de 1927) é a de que o que permitiu a Galileu transcender a erudição infértil dos seus antecessores científicos foi o contacto com a nova tradição de aplicação das matemáticas a questões tecnológicas, quais a perspectiva linear, mineração, fortificação, balística, tradição que é invocada na primeira jornada dos *Discorsi*, trecho citado por AS. Esta tese é depois ampliada por Edgar Zisel, sociólogo marxista (mas independente), filosoficamente partidário do empirismo lógico, e, como membro do Mach Verein, um dos fundadores do Círculo de Viena, no artigo de 1942 “As raízes sociológicas da ciência”. O novo dinamismo do mundo europeu é um elemento central da tese de Olshki: - se os gregos possuíram a filosofia (racionalista) e desenvolveram dedutivamente as matemáticas (no essencial as mesmas disponíveis para Galileu) foi o séc. XVII europeu que realizou o que poderia parecer embrionário na Grécia antiga, supondo que Galileu, como pensou Koyré, foi um sucessor directo de Arquimedes.⁵⁰

A terceira tradição, posta em evidência por argumentações pragmático-materialistas, é aquela a que AS se refere quando fala de Galileu em “O Reino cadaveroso” de 1925; é a ausência lusa da fusão das três tradições, para o que contribui a falta de actividade industrial junto com os efeitos da contra-reforma que caracterizam o nosso seiscentismo, que explica a persistência do paradigma aristotélico nos estudos superiores em Portugal, que é lido como sinal da nossa decadência. A tese de AS é, resumidamente, a seguinte:

Dois povos (o italiano e o nosso) se viram à testa da revolução. A faina industrial e o comércio marítimo impeliram à revolução o Italiano; e foram as navegações e os descobrimentos (filhos de necessidades comerciais) que iniciaram na nova atitude a mentalidade do Português. A ciência mecânica da natureza, pois, saiu da indústria florescente das cidades italianas, que buscavam exceder-se umas às outras nas actividades da fabricação, no achado de processos e de máquinas novas. O uso das forças da natureza levou ao sistemático conhecimento das suas maneiras de actuar, obrigando os espíritos reflexivos à investigação das suas leis. [segue-se a passagem dos *Discorsi* de Galileu em que Sagredo afirma frequentar os artesões-engenheiros dos arsenais de Veneza]..... [este novo espírito foi teorizado por Bacon de Verulano mas foram Galileu e Leonardo da Vinci que concretamente o instituíram... O que nos manuscritos de Leonardo interessa sobretudo os homens de hoje, - é por um lado, a ideia da importância essencial do novo método experimentalista, e do correlativo espírito crítico; e por outro lado,

⁴⁹ KOYRÉ, ALEXANDRE (1943) “Galileo and Plato”, *Journal of the History of Ideas*, Vol. 4, Nº 4, p. 400-428. ZISEL, EDGAR (1942) “The sociological roots of science”, originalmente em *The American journal of sociology*, Vol. 47, p. 542-62; republicado em *Social Studies of Science*, Vol. 30, Nº 6 (2000), p. 935-949 e nos *Boston Studies in the philosophy of science*, Nº 200, 2003, com prefácio de Joseph Needham.

⁵⁰ Sobre as ideias de Olshki ver COHEN (1994), § 5.2. Cohen nota que a tese de Olshki era bastante inusitada à época; a interpretação marxista tem um zénite ideológico na tese do físico soviético Hessen (1931) no seu “The Social and economic roots of Newton’s ‘Principia’”. A edição original do livro de Olshki (1927) editado por Max Niemeyer Verlag em Halle, existe na BNP; E. II aparece em 1929, mas AS está desde 1926 em Paris, portanto é difícil afirmar-se que AS terá tido conhecimento da obra de Olshki, até porque “O Reino cadaveroso” terá sido escrito em 1925. A questão é irrelevante para o interesse de AS por este tipo inusitado de explicação ‘materialista’, que está em clara harmonia com a sua historiografia.

a de que sem a aplicação da Matemática à Física não há física que se tome a sério. A Física pois, ou é Física *quantitativa* (o contrário da de Aristóteles), ou não é nada.⁵¹

Esta tese sergiana, que tem afinidades interessantes com a tese de Zilsel (ao coincidir com o argumento deste reduzido ao mais esquemático possível) inscreve-se na tendência explicativa que relaciona o advento de teorias intelectuais com práticas não intelectuais; esta tónica inscreve-se no espírito pragmatista, sem ser, no estilo de J. D. Bernal ou de Zilsel, de inspiração explicitamente marxista.

Podemo-nos perguntar, com alguma tristeza, o que teria acontecido na história do pensamento histórico-sociológico em Portugal se o grupo da Biblioteca Nacional, que AS integrava, não se tivesse desfeito com o fim da Primeira República.

⁵¹ In E. II, p. 30-32. Nota de Hermínio Martins: “Um livro relativamente recente, de Alfred W. Crosby *The measure of reality* documenta extensamente as múltiplas práticas de mensuração muito difundidas na Itália do Norte, o que sugere que os hábitos de pensar quantitativos se tinham estabelecido amplamente na vida quotidiana, e não só na aritmética comercial e na arquitectura: sem falar da contabilidade de dupla entrada inventada pelo italiano Paccioli, geralmente reconhecida como decisiva para a racionalização do capitalismo comercial já por autores como Sombart (que até exagerou muito a sua importância), Simmel e Max Weber (devidamente notada, como não podia deixar de ser, por Zilsel). É verdade que, mesmo que se tenha constituído um certo *habitus* quantitativista difuso nessas sociedades, as cidades-estados comerciais do Norte da Itália, isso não determinou por si só o quantitativismo na ciência, que se relaciona crucialmente com instrumentos desenhados para a observação e a experimentação física, tal como, respectivamente, o telescópio, e a bomba de ar em meados do século XVII. Foi bem depois da invenção do telescópio galileano em 1609 [que AS assinala como o recurso de Galileu ao método indutivo, experimental] que o telescópio pôde ser utilizado para fins de determinação quantitativa, como foi o caso cada vez mais, com os “instrumentos filosóficos” (id est, científicos) através do século XVII e XVIII. Aliás, como se tem dito, a grande viragem foi na crença crescente na fiabilidade do telescópio e outros instrumentos científicos, mais do que nos resultados individualmente considerados. Diria, portanto, que não foi tanto a passagem de uma física aristotélica, qualitativa, para uma “física quantitativa”, na frase sumária de AS, mas para uma física instrumental, experimental em que o papel crucial talvez tenha sido a centralidade do conceito de função matemática, construído lentamente antes de Galileu, unida agora à busca de *precisão* numérica, não só à mera preocupação com a identificação de quantidades (Koyré, ao que me parece, tem toda a razão sobre este ponto crucial) por via experimental.

Quanto aos instrumentos, vale a pena recordar que o pai de Galileu passou muito tempo a tentar reconstruir instrumentos musicais da Antiguidade Clássica, além de trabalhar com os instrumentos musicais do seu tempo. Os instrumentos musicais cujo estudo e invenção se poderiam classificar como uma “arte nobre” (a música fazia parte do quadrivium) contaram por alguma coisa na época da formação da ciência moderna, como mostrou Jay Kasser em vários artigos publicados em revistas de história da ciência ou de história cultural e em livros. Descartes, como sabe, chegou a escrever um tratado de musicologia. – Claro que a familiarização de G. com o que se fazia no Arsenal de Veneza, também contou, e mais, com certeza (na altura artista/artesão/engenheiro, especialmente engenheiro militar, todos trabalhando com a matéria, todos podendo inventar, criar novas coisas recortavam-se no entendimento geral: na retórica epideictica da Renascença, como criadores, podiam auto-designar-se como *microtheos* numa linha de pensamento que leva eventualmente a Vico: v. o meu livro *Experimentum Humanum*). No entanto, preocupa-me sempre se um certo *bias produtivista*, marxista ou não marxista, em relação à tecnologia em geral, e interpretação tecno-económica da história, não nos deixe ver outras formas de instrumentalidade que não a destinada à produção de bens materiais (é verdade que Boris Hessen no seu famosíssimo texto publicado em Inglês em 1931 sobre a interpretação marxista dos Principia de Newton, certamente considerou tecnologias como a de navegação, não só da produção no sentido mais literal: note-se que este texto foi uma inspiração e um catalisador para Bernal e Joseph Needham, que também salientou a importância do nexo, ou da disjunção, entre scholars e artesãos em vários artigos e na sua obra monumental sobre a ciência na China).”

Esta tese sergiana, que tem afinidades interessantes com a tese de Zilsel (ao coincidir com o argumento deste reduzido ao mais esquemático possível) inscreve-se na tendência explicativa que relaciona o

o telescópio, e a bomba de ar em meados do século XVII. Foi bem depois da invenção do telescópio galileiano em 1609 [que AS assinala como o recurso de Galileu ao método indutivo, experimental] que o telescópio pôde ser utilizado para fins de determinação quantitativa, como foi o caso cada vez mais, com os "instrumentos filosóficos" [i.e. científicos] através do século XVII e XVIII. Aliás, como se tem dito, a grande viragem foi na crença crescente na fiabilidade do telescópio e outros instrumentos científicos, mais do que nos resultados individualmente considerados. Dizia, portanto, que não foi tanto a passagem de uma física aristotélica, qualitativa, para uma "física quantitativa", na frase sumária de AS, mas para uma física instrumental, experimental em que o papel crucial talvez tenha sido a centralidade do conceito de função matemática, construído lentamente antes de Galileu, unida agora à busca de *precisão* numérica, não só à mera preocupação com a identificação de quantidades (Koyré, ao que me parece, tem toda a razão sobre este ponto crucial) por via experimental.

Quanto aos instrumentos, vale a pena recordar que o pai de Galileu passou muito tempo a tentar reconstruir instrumentos musicais da Antiguidade Clássica, além de trabalhar com os instrumentos musicais do seu tempo. Os instrumentos musicais cujo estudo e invenção se poderiam classificar como uma "arte nobre" (a música fazia parte do *quadrivium*) contaram por alguma coisa na época da formação da ciência moderna, como mostrou Jay Kasser em vários artigos publicados em revistas de história da ciência ou de história cultural e em livros. Descartes, como sabe, chegou a escrever um tratado de musicologia. - Claro que a familiarização de G. com o que se fazia no Arsenal de Veneza, também contou, e mais, com certeza na altura artista/artesão/engenheiro, especialmente engenheiro militar, todos trabalhando com a matéria, todos podendo inventar, criar novas coisas recortavam-se no entendimento geral: na retórica epideictica da Renascença, como criadores, podiam auto-designar-se como *microtheos* numa linha de pensamento que leva eventualmente a Vico, v. o meu livro *Experimentum Humanum*). No entanto, preocupava-me sempre se um certo *lais productiviste*, marxista ou não marxista, em relação à tecnologia em geral, e interpretação techno-económica da história, não nos deve ver outras formas de instrumentalidade que não a destinada à produção de bens materiais (é verdade que Borch Hessén no seu famosíssimo texto publicado em Inglês em 1931 sobre a interpretação marxista dos *Principia* de Newton, certamente considerou tecnologias como a de navegação, não só da produção no sentido mais literal: note-se que este texto foi uma inspiração e um catalisador para Bernal e Joseph Needham, que também salientou a importância do nexo, ou da disjunção, entre *scholars* e *artisans* em vários artigos e na sua obra monumental sobre a ciência na China.)

advento de teorias intelectuais com práticas não intelectuais; esta tónica inscreve-se no espírito pragmatista, sem ser, no estilo de J. D. Bernal ou de Zilsel, de inspiração explicitamente marxista.

Podemo-nos perguntar, com alguma tristeza, o que teria acontecido na história do pensamento histórico-sociológico em Portugal se o grupo da Biblioteca Nacional, que AS integrava, não se tivesse desfeito com o fim da Primeira República.